

# PORTUGAL democrático

ANO III — N.º 26

SÃO PAULO, JULHO DE 1959

Cr\$ 3,00

## Unidade e Libertação

Desde sempre, este jornal se bateu pela unidade que deve, necessariamente, presidir à ação dos oposicionistas de todos os matizes ideológicos na sua luta comum para a libertação de Portugal. Reafirmamos nesta ocasião o mesmo ponto de vista, agora que o termo da batalha aparece dia a dia mais favorável aos democratas portugueses.

Essencialmente, uma diretriz se impõe: a de combater, até ao fim, Salazar e o seu regime ditatorial. Esse é o propósito que sempre defendemos, na certeza de que só unidos mais rapidamente alcançaremos o objetivo principal: derrubar o fascismo de Salazar e os oligarcas que o apoiam.

Na verdade, o ditador não se manteve tão longos anos no poder, graças tão somente à polícia política ou à meia dúzia de oficiais superiores do Exército que, por medo ou por interesse, o têm sustentado. A sobrevivência do ignominioso regime deve-se, sobretudo, à desorganização dos democratas. Não foi Salazar que se impôs. Fomos nós que não o combatemos, servindo-nos da arma mais eficaz — a unidade.

Podemos, no entanto, considerar, que os movimentos anti-salazaristas têm duas épocas distintas: antes e após a entrada em ação do General Humberto Delgado. A campanha desenvolvida em Maio de 1958 pelo Homem que é hoje, incontestavelmente, o Chefe escolhido pela maioria dos Portugueses, tem o mérito de reunir, numa só frente, todos aqueles que, ativamente ou passivamente, repudiavam o fascismo. Esse é o movimento que pretendemos manter coeso alargando-o, dentro e fora das fronteiras nacionais, onde quer que viva um Português.

Neste número de "Portugal Democrático" se propõe uma visão clara, ineludível, da agonia do regime salazarista. Não só na Pátria o combate prossegue, apesar da repressão e da tortura, mas também essa frente de combate se alarga a todos os núcleos onde vivem portugueses. Do Brasil, o vento de revolta chegou à Venezuela, à Argentina, ao Canadá e a França. Notícias que a cada passo nos mandam os companheiros, ontem isolados, falam da organização de novos centros de resistência contra Salazar. Muito em breve, não existirá nenhuma "colônia" de portugueses onde não se batalhe pela redemocratização de Portugal. E todo este movimento admirável e generoso se está ampliando, à custa de homens simples, remediados ou pobres, — homens que nunca tingiram as suas mãos com o sangue das vítimas de Salazar!

É a vitória que se aproxima; Portugueses espalhados por todos os Continentes! Continuemos, organizemo-nos melhor ainda, fundemos mais núcleos de resistência, divulguemos, onde quer que nos encontrarmos, os odiosos crimes cometidos por Salazar e pelos seus cúmplices. Protestemos, por todos os meios, e em especial através da Imprensa Democrática dos países onde vivemos contra as sucessivas arbitrariedades do governo fascista e ilegal de Lisboa.

Unidos, esforçemo-nos por, rapidamente, atingirmos a meta da Libertação de Portugal, consubstanciada nos quatro pontos básicos apresentados pelo Chefe dos Portugueses Livres, General Humberto Delgado, quando se candidatou à Presidência da República: unidade da oposição, restabelecimento de liberdades democráticas, anistia dos presos políticos e elevação do nível de vida.

Unidos, esforçemo-nos por, rapidamente, atingirmos a meta da Libertação de Portugal, consubstanciada nos quatro pontos básicos apresentados pelo Chefe dos Portugueses Livres, General Humberto Delgado, quando se candidatou à Presidência da República: unidade da oposição, restabelecimento de liberdades democráticas, anistia dos presos políticos e elevação do nível de vida.

Unidos, esforçemo-nos por, rapidamente, atingirmos a meta da Libertação de Portugal, consubstanciada nos quatro pontos básicos apresentados pelo Chefe dos Portugueses Livres, General Humberto Delgado, quando se candidatou à Presidência da República: unidade da oposição, restabelecimento de liberdades democráticas, anistia dos presos políticos e elevação do nível de vida.

Unidos, esforçemo-nos por, rapidamente, atingirmos a meta da Libertação de Portugal, consubstanciada nos quatro pontos básicos apresentados pelo Chefe dos Portugueses Livres, General Humberto Delgado, quando se candidatou à Presidência da República: unidade da oposição, restabelecimento de liberdades democráticas, anistia dos presos políticos e elevação do nível de vida.

## O que a princesa não pôde ver...

No dia 27 de maio chegou um contingente de 410 soldados britânicos e no dia seguinte um porta-aviões, três destróieres e uma fragata além de aviões da RAF. No mesmo dia 20.000 homens do exército de Salazar — equipados com tanques Patton de 70 toneladas fornecidos pela NATO — desfilaram na cidade enquanto salvas de artilharia comemoravam o 33.º aniversário da "Revolução Nacional" fascista. Na quarta-feira, dia 10 de junho, houve uma demonstração pelos aviões da RAF ao mesmo tempo que militantes do partido de Salazar desfilaram em todas as principais cidades.

A imprensa do regime não deixou de chamar a atenção para essas "coincidências" que demonstram, segundo afirma, "a confiança da Grã-Bretanha no Portugal de Salazar" e reína grande contentamento nos círculos oficiais pelo fato da princesa Margaret ter sido vista pelo povo em companhia das figuras mais importantes do fascismo. Sob essa aparência de tranquilidade, o ditador está preocupado. Apesar de uma campanha diplomática de três meses — e o dispêndio de bastante dinheiro — ele não conseguiu persuadir nenhuma das repúblicas sul-americanas a entregar seus adversários liberais que se refugiaram nas respectivas embaixadas. Delgado está em segurança no Brasil, a Argentina conseguiu um salvo-conduto para o capitão Galvão, a Venezuela para o major Calafate e Cuba para o dr. Abreu. Em Lisboa, esses incidentes são considerados como derrotas diplomáticas do regime, e uma indicação de que a oposição pode agora contar com maior apoio material da América Latina na eventualidade de um "golpe".

Salazar está bem consciente dos perigos que ameaçam sua posição. No dia 23 de maio disse durante uma reunião de nervosos chefes do seu partido: "Firmes, firmes, a tempestade há de passar" e em tom sombrio prometeu que "convenceria" a oposição "da esterilidade da agitação política e dos riscos que ela envolvia".

Até certo ponto já cumprira essa ameaça. Em março e abril, houve cerca de 150 prisões, incluindo as de 8 oficiais, 16 economistas, 7 padres, o presidente da Juventude Operária Católica, 15 funcionários da Companhia Nacional de Navegação, 8 empregados de um grande estabelecimento comercial de Lisboa e muitos operários e trabalhadores agrícolas. As principais prisões políticas (Peniche, Caxias, Penitenciaría de Lisboa, Aljube, Limoeiro e Porto) estão superlotadas, apesar de muitos presos terem sido postos em liberdade depois de terem sido chicoteados e torturados.

Na opinião de Salazar, o seu novo ministro do Interior — o último demitiu-se desgostoso, e está agora fazendo penitência, dedicando-se a obras de caridade — tem obtido êxito estrondoso. O novo ministro, Arnaldo Schultz, tem um passado notório de brutalidades cometidas durante a Guerra Civil de Espanha e não lhe foi difícil recrutar três peritos em torturas: Porto Duarte, Fernando Gouveia, e José Gonçalves.

Entre outros prisioneiros que recentemente foram suas vítimas, figuram Oscar Reis e Francisco Pinto, que foram obrigados a permanecer de pé durante muitos dias com os órgãos genitais amarrados a um prego na parede. Rogerio de Carvalho, agora surdo depois de submetido a duchas alternadas de água quente e fria nos ouvidos, e o dr. Amadeu de Alcantara a quem queimaram os olhos com pontas de cigarros e que ficou cego.

Seria interessante saber se a princesa Margaret teve ou não a oportunidade de discutir esses assuntos com Schultz, durante sua permanência em Portugal.

(Do "New Statesman", de Londres)

## Salazar não nos quer ver juntos

**HUMBERTO DELGADO**  
Henrique Galvão, galvaniza Galvaniza-pelo intelecto, pela ação, até pela presença do tipo longilíneo, ágil, diplomado como é em educação física, há mais de trinta anos, por escola militar francesa.

Avis rara em sociedade emasculada pelo ditador português através da corrupção e da polícia, Henrique representa o típico martir do vanguardismo salazarino. Bravo, qualquer combatente da revolução de 7 de Fevereiro de 1827, em Lisboa, há de lembrar-se do galhardo tenente que longas horas empunhou metralhadora tão decisiva no setor do Rato, hoje praça do Brasil, em defesa da situação militar recém-nascida.

Subalterno de Infantaria, arma de quadros permanentes a transbordarem por efeito do excesso de recrutamento de oficiais durante a guerra de 1914-18, estava destinado a marcha carreira militar. Homem de ação, trocou essa atividade pela colonial, e bem fez. Brilhou.

Governador da província de Huila (Angola), depois inspetor colonial, vinca na obra a sua personalidade e, corolariamente, vê medrar a inveja dos pigmeus: — "Final não é um tenente como eu? Que tem êle a mais?"

Simpleza a resposta, em termos de La Palisse: Tinha tudo o que faltava aos mabeços inferiores, despeitados. Clético, Galvão alarga o escopo do seu campo. Quando se precisou pôr em funcionamento a Emissora Nacional, a êle recorrem.

Como tradutor de teatro, dramaturgo e escritor polifacetado, seu nome anda discutido, aplaudido, mordido. (Os garotos só atiram pedras às árvores com fruto). Tanto traduz O'Neil, como, num intervalo de descanso, lança uma "flexa" fulminante, à esgrima: tanto traça um programa radiofónico, como prepara uma exposição colonial feérica de retumbante êxito, tanto percorre lés — a — lés a selva angolana indo a corta-mato, sob condições primitivas ao sabor de antanho, como escreve na prisão uma extraordinária peça de teatro — "Pele" — referente ao drama da mulata, peça esta que em Washington se lhe traduzo numa primeira aproximação para Inglês e lhe trará um dia fortuna, se inteligente e audaz empresário a tomar. Peço venia para interromper a marcha do artigo a fim de informar o povo brasileiro de que, sobre os dezesseis anos de prisão e a perda total da pensão de reserva, o canibalismo governamental vai mais além, e, por adequadas coações, proibe a representação no teatro da sua notável obra de dramaturgo, incluindo as traduções!

Um dia expõe, como deputado à Assembléia Nacional e inspetor colonial, as condições do trabalho indígena em Angola. Fã-lo contra a vontade do ditador. Neste dia decretou a sua própria sentença de morte, desencadeando o gestápio cilindro, esmagador de tudo que se eleve acima do rebanho.

Inteligente, Henrique Galvão sabe em que se está metendo, mas, patriota e galhardo, resolve enfrentar o dono do País. E assim, Henrique, Passa a outro quadro. Estamos em 1952. Sou Coronel, portanto no posto em que os oficiais das Forças Armadas como norma se deixam atacar da chamada "Coronelite" — doença cujo sintoma externo consiste em coser a língua a respeito do ditador e comparsas, pois que nesse posto se vai para o curso de general, e as estrelas dependem em grande parte da vontade do governo. Ora se, e certo poder haver resitação desta em negar as estrelas a oficial muito acima da média, os que oscilam à volta desta bem sabem com o que contam...

Henrique está preso na casa de reclusão Militar da Trafaria (Lisboa). Conhece perfeitamente o espírito da Força Armada, coletividade em que o dessoramento anímico pelo totalitarismo se apresenta fácil, mercê da hierarquia mais rígida, e da fácil confusão entre disciplina e subserviência. Ademais, a Força Armada Portuguesa esteve durante vinte e dois anos sob a chefia ministerial de uma apagado oficial, terrível nazi, o célebre Santos Costa, indivíduo a quem eu, durante a candidatura à Presidência da República, chicoteei com indelével síntese: "o homem que se promoveu de capitão a coronel sem um dia de quartel".

Adivinha Henrique Galvão, ou até já sabe que, consequentemente, vai ficar só, no transe aflitivo do julgamento. Eu também o adivinho: eu também o sei. Ofereço-me então para sua testemunha de defesa, salientando que certamente eu não iria para o tribunal responder aos juízes apenas com monossilabos. Sinto-me orgulhoso do gesto. Sinto-me talvez vaidoso, qui-xotesco... Mas Henrique Galvão suplanta-me, bate-me, esmaga-me com a sua resposta, da qual só narro uma parte, não vá transfigurar-se a traça do artigo: "Não. Só tenho uma maneira



# Os Lobos ainda uivam

No seu agónico desespero, Salazar e os seus títeres continuam movendo as mais criminosas e estúpidas perseguições ao grande escritor Aquilino Ribeiro. Insultam o maior estilista português não só por meio de notas oficiosas, mas também incentivam os escribas da "união nacional", com coluna no "Diário da Manhã", em "A Voz" e noutros jornais de perto ou de longe ligados ao fascismo, a repetirem os cobardes atentados contra o escritor a quem privaram dos meios de se defender.

O claro repúdio a esta nojenta campanha que tenta, felizmente debalde, destruir o enorme prestígio de que goza Aquilino Ribeiro em Portugal, é dado, neste momento, pelo público brasileiro, ao acolher com o maior interesse a edição de "Quando os Lobos Uivam" — o romance que Salazar mandou proibir, embora considere o seu autor "um grande escritor". Para este lançamento da "Anhambí", chamamos a melhor atenção de todos os nossos leitores, esclarecendo que "Quando os Lobos Uivam" pode ser adquirido em qualquer livraria ou por intermédio de "Portugal Democrático".

Desta obra de Aquilino Ribeiro, já demos desenvolvida notícia nestas colunas, através de artigos assinados por colaboradores do nosso jornal. Indicamos, todavia, que a edição brasileira de "Quando os Lobos Uivam" insere um

me cabe esse direito, pedir-lhe se digno publicá-la no seu jornal.

Permita-me ainda que aproveite o ensejo para protestar que em público e oficialmente se me impute que a cobertura de ficção literária tenha feito afirmações injuriosas ou ofensivas contra a magistratura portuguesa e outras entidades. A minha ética de escritor encanecido à banca e provada não autoriza ninguém a afirmar que me sirvo da ficção para atacar quem quer que seja, instituições ou homens. Quando tenho de o fazer, faço-o ostensiva e directamente. Bem podia a nota oficiosa, já que visava a informar, limitar-se a anunciar que me estava instaurado um processo, sem mais fórmula. Como desta sorte se pode estabelecer uma prevenção prejudicial ao espírito de quem a ler, rogo com todo o empenho a V. se digno acolher no seu jornal esta minha carta e a exposição em causa. De V. etc. — Aquilino Ribeiro.

## INTELECTUAIS PORTUGUESES PROTESTAM

Apesar da violenta repressão policial, apesar das cadeias políticas cada vez mais atulhadas de presos, apesar da censura rigorosa e de todas as formas de opressão, as mais desumanas e odiosas, tão características do governo do seráfico ditador — os intelectuais portugueses não perdem a coragem e continuam lutando, por todos os meios ao seu

também pertencem, e também lhes pertence, em lugar de uma literatura rica e palpante, mais que umas páginas tristes e desenhadas... Desceendentes espirituais, que orgulhosamente se consideram, de quantos antes na língua em que escrevem puseram fantasia ou realidade, alegria ou mágoa, pequenez ou glória, com clareza e rebeldia, a estes se mantendo fieis, não aceitam outra disciplina que não seja a deles, outra ética que lhes seja alheia.

Do talento e da probridade literária portuguêsíssima de Aquilino Ribeiro se louvam todos, e fosse isso possível, como fraterno título de responsabilização de ofício, ao livro agora embargado, pelo que aos intrometidos olhos oficiais nele acaso haja de pretensamente punível, honrados dêle e de si próprios, com alvoroço aporiam os seus nomes. Em conformidade, sugerem a V. Exeia., para geral dignificação, que promova o arquivamento do processo, deixe que o romance torne a correr, e à Censura aconselhe, não como favor, mas por patriotismo, respeito pela inteligência nacional. — João de Barros, António Sérgio, Ferreira de Castro, Alexandre O'Neill, Armand Rodrigues, António José Fernandes, Augusto Abelaira, Leão Penedo, João da Silva, Mário Areias, Sebastião Ribeiro, Hernani Cidade, Cristiano Lima, Raul de Oliveira, Assis Esperança, Rafael Marçal, Natália Correia, Mário Monteiro Pereira, José Ferreira Huertas Lobo, Mário Cesariny Vasconcelos, José de Bragança, César de Frias, Alberto Candeias, Mário Henrique Leiria, Rogério de Freitas, Ernesto de Sousa, Castro Soromenho, David Ferreira, Pedro da Silveira, Santana Quintinha, José Moreira de Campos, Galino Marques, Julião Quintinha, João Pedro de Andrade, Orlando da Costa, António de Navarro, Carlos Estorninho, Domingos Carvalho, Manuel Lopes Caldeira, Jorge Ferreira da Silva, António Ramos Almeida, José Cardoso Pires, Joaquim José Ribeiro Santos, Herberto Helder, António Maria Guerreiro Goulão, Vasco da Costa Marques, João Meneses de Campos, Manuel Alpedrinha, Luísa Dacosta, Carlos Carvalho, Oscar Lopes, José Hipólito dos Santos, Sérgio de Almeida, Carlos F. Veiga Pereira, Guilherme Filipe, José António Machado, João Gaspar Simões, Renato Boaventura, Artur Inês, Alfredo Rodrigues, João Arnaldo Maia, Armando Baelear, Alberto Andrade, Urbano Tavares Rodrigues, Domingos Monteiro, Artur Portela (Filho), Fernando Pernes, Alfredo Margarido, Nuno Miranda, Alice Gomes, Mário Soares, David Mourão Ferreira, Tomás Ribas, José Prudêncio, Manuel do Nascimento, Carlos Pereira, Egipto Gonçalves, Orlando Gonçalves, Daniel Felgueiras, Fernando Piteira Santos, Manuel Ribas, Carlos de Oliveira, Emílio Loubet, Aleixo Ribeiro, Joaquim Salgado, António José Saraiva, João Apolinário, Carlos Cunha, Nuno Pessanha Teixeira Neves, Nikias Skapinakis, Luís Veiga Leitão, Raul Rego, Alvaro Salema, Ramos da Costa, César dos Santos, Carlos Ferrão, Acácio de Gouveia, E. Corregedor da Fonseca, José Tengarrinha Machado, António Luís de Sousa, Ilse Losa, António Reis, Alexandre Cabral, Tomás da Fonseca, José Cutileiro, Jaime Cortesão, Edmundo Beteneourt, Camara Reis, Fernando Namora, Manuel Ferreira, Virgílio Martinho, Alberto de Serpa, Correia da Costa, Virgílio Godinho, António dos Santos, Antunes da Silva, Horácio Pinto, Manuel da Fonseca, Manuel de Sousa Ramos, Alves Redol, Alberto Villas, Gil Vaz, Mannela de Azevedo, Adriano de Gusmão, Eduardo Fonseca, Julio Vidal, Fernando Ferreira Costa, António José Forte, Mário Sacramento, Manuel Sertório, Leal da Silva, Francisco José Cardoso Jr., Manuel de Azevedo, José Estêvão Sasportes, Manuel Nunes, Vitor Direito, Adriano de Carvalho, Augusto Ricardo, Pedro Veiga, Carlos Porto.

Como sempre, este protesto não foi publicado nos jornais, pois a censura salazarista opôs-lhe o seu "veto".

Ocioso seria acrescentar que o "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão", o jornal "Portugal Democrático", o "Centro Republicano Português" e todos os organismos e individualidades que, no Brasil, se orgulham da sua condição de portugueses Livres e que, por isso mesmo, combatem, por todos os meios ao seu alcance, o regime obscurantista de Salazar — declaram a Aquilino Ribeiro, e bem assim a todos os intelectuais livres de Portugal, a sua irrestrita solidariedade nos protestos que vêm fazendo a favor da liberdade de expressão de pensamento no vilipendiado país de Camões.



magnífico prefácio do escritor Adolfo Casais Monteiro, sendo a capa do pintor Fernando Lemos, ambos nossos companheiros de redação. Assinalamos ainda, além de notas várias que estão sendo publicadas na imprensa brasileira sobre o livro de Aquilino Ribeiro o excelente artigo do escritor Geraldo Ferraz ("Aquilino Ribeiro refugia-se no Brasil", em "A Tribuna", de Santos, 14-6-59) e uma extensa "resenha bibliográfica" do nosso camarada João Alves das Neves, publicada no número de Junho da revista "Anhambí".

### UMA CARTA DE AQUILINO RIBEIRO

Como resposta à autêntica campanha de difamação desencadeada pelos asseclas do ditador de Santa Comba, Aquilino Ribeiro endereçou aos jornais portugueses a seguinte carta — que a censura salazarista não deixou publicar:

Senhor director: — Publique o jornal que V. dirige uma nota oficiosa, também radiada pela Emissora, cujo objecto era o meu nome. O Governador pretendeu processar-me ao abrigo da sua lei de Imprensa, sabia-se. Paree-me-me, no entanto, que o esclarecimento que, em especial, pretendo trazer a público com essa nota só ficará indispensavelmente completo inserindo-se o texto da exposição a que alude, com os nomes dos signatários, a fim de se aquilatar bem da qualidade do que se disse e de quem o disse. Eis a razão por que venho, senhor director, tanto mais que julgo

aleance, contra o fascismo que tenta desfigurá-los e destruí-los, lenta mas sistematicamente.

Dessa prova de magnífica coragem acaba de nos chegar o belo, ainda que desesperador documento, que mais adiante reproduzimos e através do qual os intelectuais portugueses se solidarizam com o escritor de "Quando os Lobos Uivam", vítima das arbitrariedades do governo fascista de Lisboa. É a seguinte a mensagem:

Excelentíssimo senhor ministro da Presidência: — Os escritores e jornalistas portugueses abaixo assinados, perante a instauração de um processo a Aquilino Ribeiro, não se percebe ainda se por abuso de liberdade de Imprensa, se por injurias aos tribunais plenários, se por algum outro absurdo delito de opinião esbachichado no seu romance "Quando os Lobos Uivam", com o confrade ilustre se solidarizam, a par com êle propugnando o direito sem reservas da imaginação dos homens de letras. Não se consideram êles, em face da lei, sobranceiramente à parte do comum dos seus concidadãos. Mas a lei lhes nega a facultade de livremente se exprimirem, na pintura da sociedade em que vivem, ou na explanação dos problemas e ansiedades do seu tempo, à lei a denunciam por iníqua, e daí, pois, com irritantes e inválidas quaisquer atitudes policiais, sejam elas de meros investigadores, de censores estreitos, de juizes ou de ministros.

Com tamanhos pruridos e tão temerosa perquirição, não restariam dos passados séculos, neste País a que

## SALAZAR NÃO NOS QUER...

de agradecer o seu gesto... Recusar. Nunca mais você seria Oficial General e..." (Ainda não nos tratávamos por tu).

E' assim, Henrique.

E' assim o homem que há dias o jornal mais reacionário de Portugal, "A Voz", indicava como o possível "destronador" do líder da oposição, segundo tendência — diz o jornaleco — dos opositoristas residentes no Brasil.

Ora a manada bovina — nem taurina é — esbarrou contra o que Henrique Galvão e eu chamamos "a parelha", isto é, o grupo de dois formando um só em coesão e lealdade. Por carta de 25 de maio, escrita de Buenos Aires, dava-me êle conta de mais uma tentativa de cediça tática de "dividir para governar", tão usada por energúmenos, com pretensões a políticos, junto de mim para eu dêle me separar, ou vice-versa, com base em viperinos sussurros de mentirinhas ajeitadas. A PIDE (Polícia Política), e a União Nacional (partido único) com prática do trabalho chegam subrepticiamente a agregar na tática, um ou outro indivíduo (a PIDE gratuita...) que, sem pertencer aos quadros totalitários, adora o boato por cima de tudo gostoso disponível na vida. Ora, aqueles órgãos bem conhecem da preocupação do ditador em que os dois membros da parelha se não juntem. Iria jurar, com a cabeça no cêpo, que êle insistiu junto à diplomacia brasileira para que Henrique Galvão não viesse a este País de Liberdade.

Realmente o Dr. Salazar sabe muito bem que cada vez que eu me deslocava de Washington (1952-1957) para Paris, a fim de, como chefe da Missão Militar NATO, ir à conferência anual daquela organização, parava em Lisboa. E sabe também que, nesses escassos dias de paragem, com grande escândalo público, pedia licença à PIDE para visitar Henrique Galvão no hospital onde estava preso.

Não ignora portanto o ditador que forçosamente haviam de ser grandes os laços sentimentais entre visitado e visitante para que êste o fosse ver em tais condições, provocantes para o governo e criadoras de ainda maior má vontade contra quem desafiava as iras do "Soba".

Nessa prisão cimentamos amizade, até então constituída mais por aprêço mútuo do que afeto, dada a diferença de idades e de carreiras, já que a minha se fizera à volta das capacidades de aviador e de Oficial do Corpo do Estado Maior, e a dêle como colonialista.

Forte amizade, mais poderosa do que a tantas vèzes fictícia "do banco das escolas", ou a do favor político. Salazar bem o sabe. Além desta faceta, Henrique Galvão e eu oferecíamos outras, muito particulares, ao ditador. Ambos havíamos trabalhado com êle; ambos havíamos viajado largamente o mundo e não, como sucede com o misantropo e misógono polvo da Nação Portuguesa, limitado o nosso horizonte ao microscópico povoando de Santa Comba ou à cidadezinha de Sevilha, ali ao pé da porta, tão longe dos Pirineus, onde a Europa é arejada; ambos gostávamos da vida, não crendo que Deus, na sua Infinita Bondade, nos houvesse criado para vivermos em permanente vale de lágrimas; até ambos falávamos inglês... língua que o ditador não maneja, a despeito de, de vez em quando, querer ensinar aos Estados Unidos da América e à Europa, a forma de bem se comportarem, ao gôsto do professor que sabe tudo.

E' pois justificável que não nos queira ver juntos no mesmo país. Se juntos, só com reservas mentais um contra o outro, baseadas em intrigas. Então, bem clara surge a insidiosa notícia de "A Voz", que, aberrantemente, os jornais do Brasil pagaram e publicaram, como se para saber o que se passa no Rio de Janeiro e São Paulo se houvesse de ir a Lisboa beber a verdade num jornal nazi, e para mais insultor constante da imprensa brasileira.

Ora, sobre não ter senso comum, como diz Henrique Galvão, a idéia de que um chefe se cria ou destrói por arranjos entre meia dúzia de indivíduos mal dispostos, há um fato curioso desconhecido de muita gente. Foi Henrique Galvão quem para Washington me comunicou, com todos os cuidados necessários para escapar à censura postal, que descobrira o ovo de Colombo capaz de dar cabo de Salazar. Acrescentava que quando eu breve regressasse a Lisboa me diria de que ovo se tratava. Na volta visitei-o, e de sua boca, com o testemunho do pardal que êle modesticara na prisão e a vontade passeava sobre as nossas cabeças, colhi a "fórmula química" para a vitalização do ditador: eu aceitar que Henrique Galvão sugerisse o meu nome para candidato à Presidência da República.

Pediria agora o leitor que se lhe fornecesse a conclusão acérca do valor da noticiada sensacional publicado por "A Voz", depois de se lhe apresentar esta série de apontamentos referentes ao meu convívio com Henrique Galvão, incluindo a conversa a que só o pardal referido serviu de testemunha...

Porém o articulista — testis unus, testis nulus — deixa ao leitor o trabalho de tirar a conclusão por si...

(Da revista "Mundo Ilustrado")

### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos nesta redação as seguintes publicações: — Gráficas Ltda., Rio de Janeiro; "Tribuna Médica", jornal médico brasileiro, semanário, editado no Rio; "Seminário", jornal do Rio de Janeiro; "Suplício da Hora Ausente", poesias de Martinho Ribeiro; "Pequenos Burgueses" e "La Mariposa y el Cuervo" contos editados em Buenos Aires, onde reside o autor, Antonio Simões Júnior.

A todos os assinantes de "Portugal Democrático", quer do Brasil, quer de Portugal ou do estrangeiro, solicitamos que mandem pagar suas assinaturas em débito com toda a urgência.

### "Os últimos dias do fascismo Português"

Da autoria da nossa estimada colaboradora, a romancista Maria Archer, deve ser publicado muito em breve, em São Paulo, um livro intitulado "Os últimos dias do fascismo português", no qual se faz o processo do regime salazarista, observado através do clamoroso e ilegal julgamento do Capitão Henrique Galvão, na oportunidade em que este cumprira já uma pesada pena de prisão a que fora condenado anteriormente pela "Justiça" ditatorial. Desde já, aceitam-se pedidos para a aquisição de "Os últimos dias do fascismo português", na administração de "Portugal Democrático".

## Os Estudantes Paulistas e o General Delgado

Em nossa última edição, destacamos a expressiva contribuição oferecida por todos os estudantes paulistas ao extraordinário brilho de que se revestiu a visita do General Humberto Delgado a São Paulo.

Entretanto, o jornal "O XI de Agosto", órgão oficial do Centro Acadêmico "XI de Agosto", da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, publicou, no seu último número, uma extensíssima reportagem da memorável recepção que teve, na Capital Bandeirante, o líder de todos os Portugueses Livres.

Reproduzimos, na íntegra, o artigo de Eubis Carlos do Amaral, diretor do referido jornal, e intitulado "A casa é sua, General":

Após resistir os últimos episódios da perseguição da ditadura portuguesa contra sua pessoa, representados pela pressão exercida pela polícia de Salazar contra a embaixada do Brasil, conseguiu chegar a este país o presidente de todos os portugueses livres, o general Humberto Delgado, que, se não fossem a mistificação e a falta de lisura que predominaram nas últimas eleições portuguesas teria vencido o pleito e tirado, assim, o povo português do martírio e das humilhações a que está submetido há mais de trinta longos anos pela oligarquia que vem denegrindo o bom nome da nação lusa perante o mundo.

Consta da história das arcadas, durante todos os tempos, somente fatos e lutas dos acadêmicos em prol da defesa da integridade e do respeito da democracia no Brasil. Foi daqui que sempre saíram movimentos de âmbito nacional, organizados e defendidos pelos jovens estudantes em toda ocasião em que foram chamados a preservar o livre exercício do direito e da liberdade no Brasil. Se necessário, os estudantes desta casa arriscaram até a própria vida nessas pelepas democráticas e um testemunho disso, para não citar os demais, foram os batalhões que daqui saíram em 1932 para reivindicar, no campo de batalha, autonomia para São Paulo e liberdade para o Brasil. Também não é preciso mencionar as campanhas da faculdade de resistência à ditadura que a partir de 1930, traindo os ideais de uma revolução patriótica, instalou-se no país, assumindo a sua forma mais bárbara a partir de 1937. Nos conflitos e nas campanhas de resistência realizadas no largo São Francisco, enfrentando toda a sorte de opressão, os estudantes souberam pôr acima das ambições pessoais, o ideal supremo da defesa do fundamental interesse da nação, que é a Constituição. Assim, nesses dias tenebrosos de verdadeira provação nacional, no decorrer de um conflito defronte a nossa faculdade, um dos nossos colegas dos mais estimados perdeu a vida, varado pelas balas assassinas da polícia da ditadura. Em prol da nossa tese, não precisamos citar ainda a campanha civilista, a campanha abolicionista e a campanha republicana, que encontraram nos acadêmicos desta Casa os seus mais ardorosos paladinos.

Com esta folha de serviços prestada à nação com este passado de lutas da faculdade que acabamos de sintetizar em poucas palavras, não seria preciso

mencionar que a figura do general Humberto Delgado será aqui recebida com todas as honras de verdadeiro líder democrático, que soube prejudicar todos os seus interesses e vantagens pessoais, para batalhar por um único ideal de liberdade e por um desejo de tornar a vida do povo de seu país mais condizente com as mais lídimas tradições portuguesas de respeito à personalidade da pessoa humana, tão menosprezada pela atual ditadura do sr. Salazar. O movimento renovador e de esclarecimento dos espíritos iniciado e continuado em Portugal com a apresentação da candidatura Delgado nas últimas eleições é algo que identifica o general com os propósitos democráticos e liberais que sempre arejaram a mente de toda a nossa classe acadêmica. Lutando e até arriscando a própria vida, que tão de perto esteve ameaçada pelos esbirros da polícia do sr. Salazar, que não deixava de o espionar em todos os seus movimentos em Portugal, até mesmo quando já estava asilado em nossa embaixada, o general Humberto Delgado fez-se credor de toda nossa simpatia, de todo o nosso respeito e da admiração de todos aqueles que têm dentro do peito um coração sincero, devotado e sempre aberto para sentir a angústia e a provação dos povos oprimidos, como, no caso, acontece atualmente em Portugal. A chegada do general Delgado ao Brasil e a generosidade e a firme atitude do nosso embaixador em Portugal, sr. Alvaro Lins, concedendo-lhe asilo político, são fatos que não podem passar despercebidos.

Lutando e sofrendo com as misérias morais do seu povo, o general Humberto Delgado soube impor-se ao respeito de todas as nações democráticas e de todos aqueles que, no passado e no presente, não hesitaram um só instante quando foram chamados pela voz da democracia para a defesa das liberdades pessoais e de livre manifestação do pensamento. Foi este o ideal que sempre predominou e sempre predominará nas Arcadas e que o general Delgado, temos certeza, jamais deixará de defender. Portanto, identificados pelos ideais e pelos atos com a personalidade firme e marcante do ilustre presidente de todos os portugueses livres, os jovens desta Casa reafirmam ao general Delgado todo o seu apoio e o recebem com a maior das satisfações nesta tradicional faculdade e tomam e seguem o grande exemplo que sua vida representou para a nação lusitana, como grande tributo para a democracia.

Seja bem-vindo ao Brasil e às Arcadas, general. A casa é sua.

### Portugal Democrático

REDAÇÃO  
Rua Conselheiro Furtado, 191  
Sala 2 — Caixa Postal 5294  
Fone: 37-0933  
São Paulo

Diretor-Responsável:  
OTAVIO MARTINS DE  
MOURA

EXPEDIENTE  
Dias uteis: das 19 às 22 horas  
Sábado: das 15 às 18 horas  
Assin. especial ... 100,00  
Número avulso ... 3,00

## A Economia Portuguesa

Por maior boa vontade e mais rouseas que sejam as lentes através das quais se proceda à leitura do último relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal, não se encontra nele o menor sintoma de melhoria na economia portuguesa. A introdução do relatório começa logo por desfiar um lamentoso rosário de reveses sofridos pela produção nacional. Talvez para desculpar os responsáveis pela administração do país, diz a aludida introdução que, por deficientes condições meteorológicas internas e a desfavorável reação da procura internacional, houve "acentuada diminuição nos rendimentos do vinho, do trigo e do azeite" — os três produtos básicos da economia agrícola; "importante quebra" no rendimento global da pesca — outro pilar da economia portuguesa; e uma "descida de 20% na produção da indústria extrativa". Depois disto, quase se perde a vontade de prosseguir a leitura. Com efeito, se houve tão acentuada quebra nos rendimentos agrícolas e piscatórios e na produção da indústria extrativa, que outras coisas mais tem a economia portuguesa para a compensar desse desastre?

É verdade que esse fato não impede que o governo haja elevado a receita ordinária do orçamento geral do Estado, de 6.774 milhões de escudos (cerca de 33.000 milhões de cruzeiros) em 1958 para 7.278 milhões de escudos em 1959, independentemente da receita extraordinária que, de 1817 milhões de escudos em 1958, passou para 2.241 milhões em 1959. A pergunta que fatalmente acudirá a toda a gente é onde vai o Estado português arrancar esse acréscimo de receita. Mas a resposta dá-no-la mais adiante o mesmo relatório com os números relativos ao gado aba-

tido no Continente. Em 1958, o gado abatido no país inteiro, incluindo bovinos, ovinos, caprinos e suínos, correspondeu a 90.545 toneladas de carne limpa. Para nove milhões de habitantes metropolitanos, sem falar da população flutuante de turistas e tripulações de esquadras estrangeiras, essas 90.545 toneladas de carne correspondem a 11 quilos por ano por habitante! Parece-nos que não é preciso dizer mais. Onze quilos de carne por indivíduo para os 365 dias por ano explicam, perfeitamente, o milagre de o declínio do rendimento nacional nada influir na coleta das receitas governamentais.

Claro que um povo alimentado desta forma não pode gozar de uma saúde por aí além e, portanto, terá de fazer jus a uma Assistência modelar. A resposta têmo-la, também, na discriminação das despesas ordinárias feitas pelo governo em 1957: a 743 milhões de escudos para o Exército e a 879 milhões para o ministério do Interior (polícia política, cárceres, propaganda etc.) corresponde para Corporações e Previdência Social... 34 milhões!... Não o inventamos: é o Banco de Portugal que o diz.

No plano do comércio internacional, Portugal, a despeito de 33 anos da mesma política administrativa, continua vergado ao peso de um deficit irremovível. Por muito esforço e muito aperto do cinto, o mais que ele conseguiu no ano findo foi reduzir esse deficit de 6.133 milhões de escudos em 1957 (4.104 milhões em 1959) para 5.515 milhões. A balança de pagamentos é que registrou uma melhoria que chega a surpreender os diretores do Banco de Portugal. Dizem eles que "a insuficiência dos elementos disponíveis acerca das transações internacionais da zona do

escudo em 1958" não lhes permite "uma análise completa e segura da natureza e importância relativa dos fatores que originaram a referida melhoria do saldo global da balança de pagamentos", a qual, de deficitária que tem sido, apresentou no ano findo um saldo positivo de 826 milhões de escudos. Nós também o não sabemos explicar. Mas a razão, evidentemente, só pode estar, como diz o relatório, na quebra registrada das compras da metrópole ao estrangeiro, no saldo comercial das transações ultramarinas, nas transferências relativas ao movimento turístico e nos célebres "invisíveis". Ora, não é nada não é nada, esses invisíveis representaram, em 1957, um total de 5.138 milhões de escudos, para o qual contribuíram, não em pequena parte, as remessas dos emigrantes que deste lado se maravilham com a surpreendente situação do seu país.

Ainda nos poderíamos referir ao declínio dos transportes ferroviários, ao desequilíbrio entre os índices de salários e preços e ao inexplicável aumento da moeda em circulação num país onde a renda apresenta tantos sinais de declínio. Mas para quê? Não bastará isto já para retratar uma situação que uma cara propaganda procura insistentemente dourar a nossos olhos? Há, naturalmente, quem insista em afirmar que a liberdade é um bem que vantajosamente se pode trocar por benefícios materiais. Mas, diante de um quadro destes, quem é que em sua consciência reconhece que o povo português tenha lucrado materialmente alguma coisa com a perda de liberdade que sofreu?

("O Estado de S. Paulo" 29-5-59).

Finalmente

no Brasil

o Livro

Proibido por Salazar

## Quando os Lobos Uivam

Romance de Aquilino Ribeiro

A Cr\$ 180,00

Em sua livraria

Pedidos à Editora Anhambí

A venda no "Portugal Democrático"

Subordinado a este título, circula profusamente em Portugal o manifesto, que, a seguir, reproduzimos e no qual alguns militantes católicos esclarecem a sua posição, relativamente ao regime salazarista. Acentuamos que diversos dos seus subscritores foram posteriormente presos, nomeadamente o Pe. João Perestrelo de Vasconcelos e Manuel Serra, jornalista, oficial da Marinha Mercante e destacado dirigente da Juventude Operária Católica.

O problema das relações entre a Igreja e o Estado, ou, mais genericamente, do comportamento dos católicos perante a política, foi recentemente posto em foco por vários acontecimentos e afirmações de individualidades altamente responsáveis da Hierarquia e do Governo.

O Sr. Presidente do Conselho, em discurso recente, parece querer acusar a Igreja por haver "alguns católicos" que "romperam a frente nacional", e considera que o "assunto oferece graves implicações no que respeita à Concordata e mesmo ao futuro das relações entre o Estado e a Igreja".

De qualquer maneira, pela primeira vez desde há muitos anos, o problema põe-se em público com alguma acuidade; a atestação está o facto de o Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa ter escolhido o assunto para tema da sua mensagem de Natal de 1958, e o Episcopado o ter tratado na recente pastoral coletiva. Em ambos os casos, foram lembrados os grandes princípios da Igreja. Se muitos desejavam um esclarecimento mais concreto sobre pontos precisos, temos de compreender que o Sr. Eminência e o Episcopado não quisessem, com a sua elevada autoridade, intervir numa polémica ao nível das questões debatidas; não quisessem, e, possivelmente, não pudessem, dados os condicionamentos de toda a ordem a que o seu alto magistério está, por vezes, sujeito.

Na imprensa periódica saíram, vários comentários, alguns nitidamente tendenciosos. No entanto, os comentários da imprensa e os esboços de esclarecimentos, que aqui e ali surgiram, não permitiram aquele debate amplo e livre, com igualdade de condições para todos os contendedores, que convém para esclarecer um problema complexo.

Finalmente, existe uma tendência natural para identificar a defesa da Igreja com a da posição política da maioria dos católicos ou dos interesses do grupo sociológico a que pertencem; o que, em si mesmo, nada tem que ver com o Catolicismo. Por vezes, a deficiente preparação doutrinal e intelectual das massas levas, assim, alguns católicos a servirem-se da Igreja para defesa dos seus interesses políticos ou materiais; outros, não católicos, a considerarem, em contrapartida, a Igreja entre os seus adversários políticos.

Em qualquer dos casos, procura-se arrastá-la para um campo político, em que não deve e não lhe interessa intrometer-se; nestas condições, a Igreja é provocada para fazer política.

Tudo isto leva a que a aplicação dos princípios atrás enumerados apresente por vezes dificuldades e seja difícil discernir onde começa e acaba o dever que a Igreja tem de fazer política (no sentido acima indicado), o que é tentação, e, como e porquê é provocada para fazer política.

É aqui que a opinião dos católicos, e até das autoridades eclesiásticas, pode divergir, hesitar, evoluir: aquilo que é evidente em determinado momento pode não o ser antes ou depois, o que é aplicável a um país deixa de o ser passada uma fronteira; o que um católico, um Bispo, ou o próprio Papa pode defender, seria orientado, em certos casos, de forma diferente por outro católico, por outro Bispo ou por outro Papa.

Nestes domínios, só se pode atribuir em sentido pleno uma atitude à Igreja se se trata dos princípios gerais enunciados. No campo das aplicações concretas o grau de responsabilidade da Igreja é sucessivamente decrescente consoante é o Papa, um Bispo, um padre ou leigo com mandato, ou um simples católico que fala; consoante o grau de solenidade com que a atitude é tomada, isto é, apelando mais ou menos para um múnus eclesiástico; e

ainda conforme a generalidade, dentro da Igreja, das opiniões defendidas. De qualquer forma, fica em grau elevado de fidelidade a cada membro da Igreja, desde que não pretenda sair o seu domínio, sobrepondo-se ou substituindo-se às autoridades eclesiásticas ou aos superiores hierárquicos.

Isto não reconhece o Sr. Presidente do Conselho ao responsabilizar a Igreja pela atitude de "alguns católicos", ao pretender reduzir a doutrina da Igreja àquilo que S. Excia. não bem declara, conhecer, ao querer arquir-se em arbítrio da mesma doutrina para que muitas consciências, até agora tranqüilas, acerca das suas posições políticas, não sejam perturbadas.

A Igreja em Portugal não pode ser acusada de hostilidade ao Estado Novo. O Sr. Bispo do Porto, ao elaborar um documento, que teve posteriormente larga expansão, não safou do domínio que lhe competia como autoridade da Igreja.

Poderá discordar-se dum ponto ou outro do referido documento, discutirse a oportunidade ou a modalidade da intervenção, desde que nunca se ponha em causa a sua autoridade de Bispo e o respeito que lhe é devido; mas nunca se poderá negar o seu direito e o seu dever de definir a posição da Igreja perante questões controversas. Nunca um leigo ou mesmo um padre, ou sequer outro Bispo (e nenhum houve que o fizesse) se poderia a ele substituir, e muito menos sobrepor, numa interpretação da posição da Igreja.

Ora, o que há de grave na atitude de alguns críticos, mais ou menos officiosamente apoiados — e que quase sempre se apresentam como católicos —, é a negação do direito e da autoridade com que falou o Sr. Bispo do Porto e a realização de pressões políticas, e de todo o género, tendentes a coartar esse direito sagrado da Igreja. Neste aspecto, todos os católicos e todos os Bispos não podem deixar de ser solidários com o Sr. Bispo do Porto.

Isto, independentemente do alto prestígio de que goza S. Excia. Revma., confirmado pelo desassombro e coragem com que chamou a atenção para problemas angustian-

meadamente no que se refere ao respeito pela liberdade e consciência da pessoa humana. No entanto, nunca ninguém se lembrou de deixar de reconhecer aos Bispos o direito e o dever de definir, no seu domínio, a doutrina da Igreja, como e quando, em sua consciência, julgaram conveniente.

Um exemplo poderá melhor elucidar as considerações que acabamos de fazer: A última pastoral coletiva do Chefe de Estado citando a doutrina católica: "Segundo o preceito do Divino Mestre, tão fortemente recomendado por S. Paulo, é o próprio poder espiritual que obriga em consciência os cristãos à prestação de respeito e obediência às autoridades legítimas, ensinando que todo o poder vem de Deus". Esta verdade indiscutível constitui norma fundamental da tradição cristã, mas o facto de tão solenemente se chamar a atenção para este ponto de doutrina, num momento em que muitos portugueses contestam a autenticidade das eleições que deram o poder ao atual Chefe de Estado, é ato de inegável repercussões políticas, mas não é um ato político por pertencer ao múnus pastoral do Episcopado. Se fosse chamada a atenção para o princípio cristão, não menos solidamente estabelecido, de que compete aos governantes respeitar as liberdades fundamentais de todos os cidadãos, esse fato teria também repercussões políticas de sentido inverso. No segundo caso, a Igreja não estaria, como no primeiro caso não está, a fazer política.

A ação católica não faz política, mas não deve alhear-se do mundo. A Ação Católica, como lembrou recentemente o venerando episcopado, atua por mandato e na direta obediência da Hierarquia. Nesta medida, representa a Igreja e deverá por isso simultaneamente manter a sua independência política e exercer o direito de analisar, dum ponto de vista meta-político (empreguemos ainda o termo), os fenômenos e acontecimentos temporais, com a diferença que, como está em contacto mais direto com o meio social, terá de tomar posições concretas muito mais frequentemente, descer

do nível dos princípios gerais às aplicações discutíveis. Lá estão as autoridades eclesiásticas para, se o entenderem, aconselharem uma orientação ou definir uma norma; mas, quase sempre, deixam aos próprios organismos uma larga zona de iniciativa.

Negar à Ação Católica o direito e o dever de se debruçar sobre os acontecimentos sociais; de estudar e debater os problemas de cultura, de se ocupar de cinema, de associações académicas, do problema das greves e da organização operária; reduzi-la a simples associação de piedade, é limitar a Igreja à sua função cultural. "Uma Igreja confinada nos templos e nas sacristias, sem influência nas idéias e nas instituições, de carácter puramente cultural, já não seria a Igreja de Cristo" (Cardeal Patriarca, no XX aniversário do A. C. — 1953).

Isso não é fazer política, não constitui o embrião dum partido; é apenas exercer o dever que a Igreja tem, e, com ela a Ação Católica, de impregnar o mundo de doutrina cristã. O que é lamentável é que se considere fazer política, neste como noutros domínios, adotar um ponto de vista que não seja exatamente o fixado pelas autoridades governamentais.

Não é esta a opinião do Sr. Presidente do Conselho ao querer forçar "as autoridades competentes" a "fazer seguir com inteira fidelidade" a doutrina da Igreja (como Sua Excia. a declara conhecer) "aos organismos em que se têm verificado desvios". Igual tendência se nota em dois artigos considerados quase officiosos, do "Diário de Notícias", num dos quais, glosando desrespeitosamente uma frase do Sr. Bispo do Porto, se chega a negar aos organismos católicos o direito de "discutir Karl Marx ou as greves de Espanha"; e, noutro, se afirma categoricamente que tem de proibir-se (referindo-se aos organismos católicos) o "desenvolvimento de ações paraestatais em con-

flito com a organização do Estado ou à margem do Estado". Perguntamos nós se não se poderia considerar muito mais interferência na política o facto de alguns dirigentes da Ação Católica e até sacerdotes, em jornais, revistas, manifestações e discursos, terem pretendido fazer acreditar ao grande público que se podia ser bom católico sem estar com a atual situação e que "os outros" não mereciam ser chamados católicos, nem mesmo portugueses ou simplesmente honestos.

Se alguns membros da Ação Católica abusaram do mandato que receberam da Igreja comprometendo-a em polémicas tendenciosas, seja esclarecido o erro e apontado o excesso; na certeza de que um esclarecimento sério e honesto, mostraria que a maioria desses erros e desses excessos foram cometidos a favor do Estado Novo; e, eles são tão condenáveis, num como noutro sentido.

Os católicos têm o direito e o dever de se interessarem pela política. O Cristianismo não é uma doutrina política, mas, porque engloba uma concepção integral do homem, fixa regras de moral e de direito natural que condicionam e, em grande parte, encaminham o comportamento político dos cristãos. Normalmente o cristão, deverá, em política, ao encarar os grandes debates que preocupam o mundo, situar-se numa posição que evite os extremismos; não, numa situação cômoda de soluções intermédias, mas, num esforço difícil de síntese que torne compatível aquilo que à primeira vista parece contraditório.

Por exemplo: desde há muito, os homens se debatem pelo primado dum e doutro dos termos dos dilemas: ordem-justiça, autoridade-liberdade. Os cristãos deverão exigir simultaneamente ordem e justiça; mas não apenas a ordem das ruas: ordem nas consciências e paz nos espíritos, que não podem existir sem justiça; os que sacrificam a justiça à ordem já não defendem uma ordem verdadeira; os que pretendem realizar a justiça na desordem, nunca conseguirão uma justiça eficaz. Também é necessário conjugar a autoridade com a liberdade; uma autoridade que sirva a liberdade, "dom divino feito ao homem, o mais precioso, que o assemelha a Deus, o que o torna senhor do seu destino" (Cardeal Patriarca, lição de Coimbra); uma liberdade que admita e respeite a autoridade: "Toda a verdadeira autoridade não pode governar senão liberdades, e a liberdade humana não pode exercer-se e desenvolver-se senão sob a direção de autoridade" (Ibidem).

Este justo equilíbrio varia com os tempos, com os hábitos e com as tradições dos povos. Por isso, não existe uma doutrina política católica rígida; os católicos poderão escolher dentro duma gama variada de posições que o estudo pessoal dos problemas e a sua consciência lhes aconselhem, mas nunca poderão adotar qualquer das posições extremistas que rejeite abertamente um ou outro dos termos do dilema. Concretamente, um regime que, em palavras ou atos, sacrifique, em elevado grau, a justiça e a liberdade é necessariamente anticristão.

No entanto, várias soluções equilibradas se podem propor e defender a que os católicos têm o direito de aderir, e o dever de pugnar por elas de acôrdo com os ditames da sua consciência; alguma pluralidade de soluções será a melhor forma de tender para um equilíbrio prático, justo e eficaz que não pode nunca aparecer "a priori" e elaborado dum facto.

Um aspecto particularmente chocante do discurso do Sr. Presidente do Conselho é a negação total destes princípios, ao invocar uma pretensa "frente nacional" que, a volta de "meia dúzia de princípios incontestáveis, de linhas de ação indiscutíveis", pusesse de acôrdo todos os portugueses "admitidas umas tantas exceções", sobre "o futuro e portanto o Governo da Nação Portuguesa". Sua Excia. não admite que alguém possa discordar da linha que traçou, não dá aos católicos o direito de terem opiniões políticas diferentes das que fixou, mas, por outro lado, quer que façam política, com a condição de ser a da sua "frente nacional", para que as "consciências" não possam deixar de ficar "tranquilas, acerca da legitimidade das suas posições religiosas e políticas", e isto, sob a ameaça de "graves implicações no que respeita à Concordata e mesmo ao futuro das relações entre o Estado e a Igreja".

Postas estas considerações de carácter doutrinal, os signatários, todos católicos e com diversas

## As Relações entre a Igreja e o Estado e a Liberdade dos Católicos

### Os princípios da doutrina católica

No domínio dos princípios, é relativamente fácil estabelecer uma orientação clara e indiscutível que todos aceitem e se comprometam a acatar. Aliás, a doutrina católica é categórica:

A Igreja não deve nem quer fazer política, isto é, intervir nos debates que, em cada momento histórico e para determinado condicionamento nacional, procuram definir as melhores soluções de carácter jurídico, económico e social para estruturar e administrar o Estado; "A acção eclesiástica não pode identificar-se com uma acção política; diverge dela pelos fins, pelos meios e pelos objectos (Cardeal Patriarca, alocação do dia da Ação Católica 1958). Estão felizmente ultrapassados os velhos debates do clericalismo e do anticlericalismo em que a Igreja se via — muitas vezes abusivamente — comprometida em polémicas e lutas que nada tinham que ver com as verdades eternas do Cristianismo.

Em contrapartida, a Igreja tem o direito e o dever de fazer ouvir a sua voz autorizada sobre os grandes princípios morais e religiosos que devem informar toda a solução política concreta e guiar a sua acção e aplicação. Como dizia o Sr. Cardeal Patriarca na última mensagem de Natal, "neste sentido, é legítimo dizer que é a ordem espiritual que julga a temporal e não vice-versa". Por outras palavras, a Igreja tem o direito e o de-

# A união pela liberdade

Adolfo Casais Monteiro

Compete sem dúvida a todos os jornalistas e escritores portugueses que vivem no Brasil não deixar dúvidas ao povo brasileiro sobre este ponto fundamental: a luta que se trava em Portugal não é de uma facção contra outra, mas de um povo inteiro contra uma oligarquia. De um povo que, mesmo nas camadas aparentemente menos preparadas para isso, acabou por ganhar uma generalizada consciência política, devido às duras lições da experiência, a tal ponto que hoje, sem a intervenção de dirigentes políticos, brotam, por toda a parte, atitudes e movimentos de resistência, reações contra a tirania do povo espezinhado, traído e esfomeado pelos "salvadores".

Durante toda a sua vigência, a ditadura teve como suporte o medo: o compreensível medo de ir para a cadeia, o medo à tortura, o medo de ficar sem emprego, de morrer de fome. Mas hoje começam a aparecer sinais duma mudança sintomática: enquanto a resistência à tirania assume formas de inedito destemor — como o dos pescadores de Matosinhos que, às centenas, se foram postar diante do edifício da PIDE, no Porto, reclamando a libertação de alguns camaradas... e que o conseguiram! — é a gente do Estado Novo que, a seu turno, começa a dar sinais inultraveis de que chegou a hora de um frio lhes correr pela espinha, à lembrança do que pode estar para vir; e por isso, há meses, o sr. Salazar em vão procurou um ministro do interior, quando remodelou o seu gabinete, e não teve, ao fim e ao cabo (depois de impor essa função a um funcionário do próprio ministério, que daí a pouco, "gravemente enfermo", se escapou prudentemente), outro remédio senão colocar lá um oficial do exército conhecido como fascista da mais pura cêpa...

O que tem chegado ao meu conhecimento acerca da resistência nacional à ditadura é quase incrível, e constitui uma admirável lição histórica, que, evidentemente, não servirá de nada ao sr. Salazar, convieto de ser ele quem dá lições à história... A generalização da resistência passiva, a propagação dos mots d'ordre, que parecem vir de toda a parte, as greves gerais que surgem por um dia, agora aqui, logo ali, tudo aquilo que a imprensa, e a rádio e a televisão, esusado seria dizer! não são autorizadas a contar, a votação quase maciça a favor do general Delgado, em muitos lugares, indicam inequivocamente que o país atingiu aquele grau de maturidade política suficiente, não só para tornar a verdade patente a todos, mas para tornar possível uma ação concreta — e tanto mais concreta quanto menos dirigida — que acabará por tirar à ditadura a possibilidade de conservar o poder.

Sempre sonhei com o que seria um autêntico, um total vazio feito à sua volta, como forma suprema da resistência. Gandhi tinha razão, como se está verificando em Portugal. Quando uma sugestão, surgida como que de toda a parte, faz num certo dia a venda dos jornais ter uma quebra de 70%, as casas de espetáculos ficar quase vazias, os transportes não serem utilizados etc., quando isto chega a acontecer, como aconteceu já em Portugal, estamos a caminho daquele dia em que a polícia, para prender, teria de prender a população inteira.

Mas um imenso e infundável sofrimento está por trás desta aprendizagem. Foi uma lição muito cara. Mas os fatos aí estão: querendo "torcer" um povo, para lhe dar a forma do seu gosto, o sr. Salazar e os seus acólitos viram-no passar da indiferença à resistência, do alheamento à participação sem exclusivismos políticos na luta contra a ditadura. Se o sr. Salazar pudesse aprender, teria aqui uma lição capaz de lhe provocar aquele colapso do miocárdio que sempre se esqueceu de cumprir o seu dever.

O desprezo pelo povo que caracteriza o sr. Salazar não é novidade para ninguém. E não só pelo povo, na aceção restrita da palavra, mas pela nação inteira, na medida em que, para esta "existir", é necessário que ela tenha uma vida real, que se exprima através dos seus representantes. Mas o sr. Salazar realizou a mais sinistra abstração que jamais um governante levou a cabo: o único "país" que lhe interessa chama-se... Ministério das Finanças! Com efeito, tudo foi sacrificado por ele ao ilusionismo de fingir que havia dinheiro de sobra nos cofres do Estado. Quem analise os dados sobre a situação económica em relação à financeira verificará com pasmo que a "obra", a suprema aspiração do ditador, não foi sequer

o que se traduz nos conhecidos e gastos slogans das estradas, da esquadra, da ordem etc., etc., mas sim, acima de tudo, enganar o mundo sobre a verdadeira situação do país, e fingir que ele era um país rico.

O que isto diz quanto à tacanhez do homem não carece de ser acentuado. A mediocridade do sr. Salazar, a mesquinhez patente em toda a sua carreira, teriam feito dele, salvo os azares da vida, um simples usurário. Mas é um usurário cujos poderes discretos lhe permitem impor um "ideal" de contabilista como suprema aspiração de governo, coisa que constitui realmente o maior contra-senso que a história jamais viu, e a mais triste experiência para o povo forçado a ser a cobaia dessa experiência.

Na verdade, o "ideal" do Estado Novo (e que vem a ser este, senão o sr. Salazar?) é apenas fingir, fingir em todos os planos. O Estado Novo, quando levou a cabo a famigerada exposição dos "30 anos de cultura", não se importou de saber que tudo quanto alegava como sua obra se devia na realidade àqueles mesmos homens, àquelas mesmas tendências, àquelas mesmas ideais, que havia trinta anos combatia, e que o combatiam. O que lhe importou foi "dizer", foi parecer que o que havia de positivo na cultura desses trinta anos devia ser levado a seu crédito!

Quer dizer que o sr. Salazar e o seu Estado Novo não têm nada dentro, senão essa teimosia em mentir. É o culto da aparência elevado à máxima potência! Uma conhecida e já velha anedota mostra o sr. Salazar recebendo já não sei se Hitler ou Mussolini no Terreiro do Paço. Não há mais ninguém senão ele; à volta, todos os edifícios são de ouro e pedrarias. Mas não se vê uma única pessoa. Então o colega pergunta: mas onde está o povo? E Salazar responde: Ah, o último morreu ontem de fome!

Esta anedota, como muito freqüentemente sucede com as anedotas, é profundamente verdadeira. Nunca um governante se importou menos que um povo pudesse morrer à fome. Morram todos — mas salvem-se as contas. As contas! as famosas contas do sr. Salazar, em que os empréstimos contraídos pelo Estado figuram... na receita!! O ilusionista teve aqui, sem dúvida, o seu momento de génio. Os celeberrimos superávits eram apenas uma falsificação da escrita!!

E agora, que o edifício parece prestes a ruir, e vendo o vizinho Franco também periclitante, o sr. Salazar continua mentindo; agora já não é apenas o povo que o "não compreende": é a própria Igreja que sofre as suas iras, a Igreja ingrata, à qual recorda os favores que lhe fez, esquecido de que eles eram apenas o pagamento duma dívida e uma garantia para ele próprio. Mas, voltando-se contra a Igreja, que sobrará ao sr. Salazar? Ora, ele próprio! O seu "génio" incompreendido! Ele vai gozar a ingratitude daquele país estúpido que não soube reconhecer como ele se "sacrificou" para o salvar do "caos", dos "arruaceiros" etc. Ele, que já se comparou a Cristo, vai deliciar-se na cruz da incompreensão. Ah, como nós somos ingratos!

## Salazar traduziu "As Férias com... Salazar"

O escritor Thomaz Ribeiro Colaço, prestigioso português e democrata que há longos anos chicoteia com seus escritos o mavioso ex-seminalista de Vizeu que abusivamente se apossou de Portugal, publicou no jornal "Última Hora" (2 e 3 de Junho) duas curiosas crónicas — que só não reproduzimos, como desejaríamos, por falta de espaço — acerca das "Férias com Salazar", da sedutora Christine Garnier.

Comparando o original francês com a tradução portuguesa, afirma Thomaz Ribeiro Colaço: "...Os dois textos teriam que divergir, para o efeito se manter o mesmo. Armei-me de paciência heróica. Obtive a tradução (7.ª edição). E afinal diverti-me muito. Encontrai a mais encanarada falsificação literária do nosso tempo, e todas as provas circunstâncias necessárias de que a execução pessoalmente o Sr. Salazar (...).

## Não há dissensões entre Democratas Portugueses

Quando o regime fascista se desmorona, os derradeiros apatiguados lançam mão de todos os meios para manter por mais uns meses à superfície o navio de que já fugiram alguns ratos... Não admira, por isso, que o diário lisboeta "A Voz" (tiragem: 2.000 exemplares), onde pontificam o agente policial Dutra Faria e um padre renegado, tenha publicado um artigo, segundo o qual se verificaram dissensões entre os democratas portugueses do Brasil, pois uns queriam para seu líder o General Humberto Delgado, mas outros tentavam impor o Capitão Henrique Galvão.

A intenção do jornal fascista é tão evidente que não merece comentários. Publicamos, no entanto, a seguinte declaração que o Capitão Henrique Galvão acaba de enviar de Buenos Aires:

"Sou fraternal amigo do general Humberto Delgado, ignoro em absoluto a base da referida notícia, e ninguém pode contar comigo para assumir posições de que resulte quebra na oposição anti totalitária.

Democráticamente, o chefe de uma oposição não poderia ser escolhido por grupos, ainda que muito valiosos, senão quanto fosse impossível essa escolha por eleição mais extensa. Ora, isso está feito. Se, por fraude, não foi proclamado chefe do Estado, o general Humberto Delgado, mesmo segundo as cifras confessadas pelo governo ditatorial, foi consagrado chefe da Oposição por um número elevadíssimo de portugueses de todas as camadas sociais; a maneira como o receberam o Rio e S. Paulo consagrou a escolha feita pelo povo português. Ainda que estas razões não fossem tão evidentes — eu não sou homem para deixar de secundar, quanto mais trair, o chefe que escolhi, que as eleições confirmaram, e com ele as idéias que firmemente sirvo".

## BRASIL E PORTUGAL

Salazar fez mais um discurso, tão demagógico quanto os anteriores. No momento em que o Brasil lhe volta claramente as costas, repudiando a sua criminosa ditadura, o chefe supremo da "gestapo" portuguesa fala na necessidade urgente da Comunidade Luso-Brasileira — a Comunidade a que aspiram, na verdade, os Povos de ambos os países irmãos, mas que não será praticável enquanto um deles suportar o peso da tirania.

A propósito desse discurso, o importante jornal "O Estado de S. Paulo" publicou em 26 de Maio um artigo de fundo, intitulado "Brasil e Portugal", acentuando que a idéia não é nova. Todavia, o editorial sublinha com realismo e clara inteligência as dificuldades que atualmente impedem a concretização de uma verdadeira Comunidade Luso-Brasileira, concluindo:

"Para que se inicie a era de aproximação autêntica que abra o caminho à desejada fusão dos povos luso-brasileiros, falta apenas que Portugal evolua politicamente no sentido das suas tradições liberais, evolução que o há de integrar definitivamente no sistema democrático em que se acham hoje irmãs, quase todas as nações do Ocidente. Nesse dia estará criada a condição indispensável para o lançamento das bases da futura e indissolúvel Federação de povos luso-brasileiros. Fundadas num corpo único, as duas pátrias terão dado ao mundo uma grande lição, apontando para as demais, os caminhos e as soluções do amanhã".

# Um dia e uma comunidade

Paulo de Castro

Dia da comunidade luso-brasileira melhor gostaríamos de chamar do que "Dia da Raça" a este consagrado a Camões, poeta dos dois povos e amanhã, certamente, de uma comunidade maior, independente e livre exprimindo nesse século, pela fraternidade, as glórias das descobertas e conquistas; sabendo renunciar heróicamente ao anacrônico, para reconstruir pela inteligência o que não pode nem deve ser mantido pelo domínio e pela força; restituindo sem perder, encarnando a epopéia de quinhentos em termos modernos de comum interesse e dignidade.

Este dia da comunidade luso-brasileira que será num sentido mais vasto da comunidade de todos os povos da língua portuguesa, quando todos esses povos sejam livres, com vínculos firmados apenas na opção consciente dentro de uma mesma caminhada histórica, não pertence a governos e muito menos a governos totalitários. Por isso mesmo o envio pela oligarquia de Lisboa de um orador oficial de tendências racistas para o celebrar no Rio, é ao mesmo tempo uma insensatez e uma ofensa aos sentimentos de uma verdadeira e fraterna comunidade tal como é entendida no Brasil, tal como Salazar a não pode entender, já que transcende os limites da sua ideologia política, dos seus preconceitos e das suas ilusões "imperiais".

Este dia pela primeira vez nos últimos 30 anos transcorre num ambiente de esperança para os que desejam a verdadeira comunidade dos povos da língua portuguesa, porque essa comunidade intenta o seu perfil, começa a vislumbrar-se no horizonte ao vislumbrar-se o fim do sistema fascista de Lisboa, obstáculo a toda e qualquer verdadeira aproximação entre povos e pessoas, ao se propor coagular os séculos; ao negar a obra de progresso implícita nas descobertas dos portugueses, ao confundir os mastros das caravelas com os postes da tortura da PIDE.

A vitória sobre o "Mar Tenebroso" cantada por Camões é hoje a vitória sobre mar de tortura e miséria que assola Portugal; a vitória sobre as entidades mitológicas, a vitória do homem sobre os elementos, a vitória sobre o medo; é a que hoje o povo português vê surgir, começando a navegar pelos "vedados términos", a realizar a descoberta da sua liberdade, a dobrar o novo promontório da Esperança.

O elemento singular que aparece nesta comemoração do 10 de junho, neste dia em que todos evocamos Camões, homem da Renascença do sentido humanista da vida, da independência individual em face do poder, do amor às "brisas marinhas dos

grandes espaços livres", é a possibilidade já visível de Portugal reconstruir o seu espírito camoniano e abandonar o espírito autocrático, lúgubre, mesquinho que impera hoje; de reconstruir as suas tradições liberais, onde mesmo na monarquia absoluta o povo era ouvido, enquanto hoje é apenas tolerado como entidade estatística.

Neste 10 de junho, pela primeira vez, Salazar tem consciência de que o seu "Reino Cadaveroso" está a findar, a sua propaganda aumenta mas não exprime seiva nem viço, mas o desespêro de uma despedida que sabe inevitável e resolve mentir até ao fim, para tentar enganar até ao fim, numa agonia sem grandeza, uma agonia "cadaverosa".

Esta agonia que é luta, como nos lembrou um dia, prudentemente, Unamuno, pode contudo ainda durar e todos os esforços devem ser feitos para conjugar vontades no sentido de não permitir mistificações. Essa é uma grande tarefa, e que não pode ser abandonada e a rigor é uma tarefa luso-brasileira, da comunidade democrática luso-brasileira, a ajuda efetiva, que tem de continuar a ser realizada para isolar internacionalmente o ditador de Lisboa. É uma tarefa que não deve ser abandonada mas empreendida em escala mundial.

Toda a luta contra a ditadura faz-se e terá de fazer-se aqui cada vez mais no espírito, na pujança, na conjugação de esforços pela comunidade democrática luso-brasileira e só aos agentes provocadores de Lisboa podia ocorrer a idéia de que no Brasil se pensava em aventuras de qualquer ordem, ou em preferir Henrique Galvão a Humberto Delgado (ligados aliás por uma amizade indestrutível), ou em "expedições" de fantasia, ou em divisões entre portugueses.

Na impossibilidade de evitar a unidade cada dia maior de portugueses democratas e de brasileiros, na impossibilidade de evitar a comunidade democrática luso-brasileira, rumores, lendas e puerilidades vão surgir a cada momento vindos de Lisboa, sem com isso evitarem essa comunidade, base e meio da luta, no exterior, pela democratização de Portugal. E porque esta comunidade é cada vez mais firme, e porque o povo brasileiro deu o seu braço fraterno à causa da liberdade portuguesa, é que o dia de Camões pode ser comemorado num sentido profundo: o do grande encontro histórico de uma comunidade na batalha pela tabela de valores humanistas que foram os do poeta, que são hoje os da democracia luso-brasileira.

## Não é Delgado que deve Silenciar...

Movimentaram-se alguns ricos aslazaristas que vivem no Brasil, numa tentativa que malogrou e visava levar a opinião pública brasileira a considerar que o General Delgado não devia fazer declarações à imprensa, nem proferir conferências. Enfim, pretendia-se que o Brasil, que abreia, afinal, as portas da liberdade o Chefe dos Portugueses Livres, tivesse um prisioneiro dentro de um país democrático...

A manobra morreu à nascença. Consagrou-lhe um artigo a revista "Anhembi" (Julho), dirigida pelo escritor Paulo Duarte, grande amigo de Portugal. Transcrevemos, "Humberto Delgado e o Brasil":

"Não sem atropelos inadmissíveis, o general Humberto Delgado, líder da Democracia Portuguesa, chegou ao Brasil, depois de ter permanecido assilado em nossa embaixada de Lisboa durante mais de três meses.

Inadmissíveis foram, na verdade os atropelos inflingidos pelo governo fascista do Sr. Salazar às regras da diplomacia normalmente aceitas por todos os países civilizados. Mas é justo dizer que o monge de Santa Comba não atuou, neste "caso", diferentemente da sua habitual conduta de ditador, que ora reclama leis e tradições democráticas para alcançar os seus objetivos, ora espezinha essas leis e tradições para seguir a cartilha que os seus "mestres" de triste memória, Hitler e Mussolini, lhe ensinaram.

Quer dizer, Salazar foi, como sempre, igual a si mesmo: brutal, estúpido e hipócrita. E nós, isto é o Brasil, ou melhor o Itamarati, prestamo-nos a uma série de farsas, de recuos e de humilhações que teriam servido de pretexto para gra-

ves interpelações ao ministro das Relações Exteriores se, entre nós, a Democracia não fosse também um instrumento na mão de alguns maldosos. Com efeito, depois da nobre decisão que o embaixador Álvaro Lins tomou, não sem consultar previamente o Itamarati, a partir do momento em que consideramos sem equívoco que o General Humberto Delgado merecia a proteção do Brasil, nada poderia fazer-nos afastar do caminho apontado. Havia que manter uma posição, primeiro porque assumíamos essa responsabilidade, a seguir porque a nossa posição estava absolutamente de acordo com as normas livres, sob cuja égide queremos viver e com os textos internacionais que assinamos e nos obrigamos a cumprir.

Mas não. As pressões desse inquisidor ridículo que começa a ser o motivo do riso do Mundo inteiro, depois de ter espalhado milhões de contos — em Portugal e fora dele — numa propaganda de endeusamento que só encontra paralelo nas propagandas totalitárias, levaram as autoridades brasileiras a titubear, a ponto de permitir que um homem a quem deram o cargo de nos representar num país estrangeiro se permitisse discutir, na imprensa, os atos do próprio ministro, ao mesmo tempo em que insultava grosseiramente um embaixador do Brasil que se limitara a cumprir as instruções que superiormente lhe haviam transmitido ou, melhor, que se limitava a manter a dignidade do Brasil.

Durou três meses a comédia e mais tempo duraria certamente se outro jornalista, este de estofos e diferente, não intervesse para exigir o seu termo. Enfim, o general

# Somoza, Salazar E C<sup>a</sup>

por MARIA ARCHER

Pensei escrever estas linhas na manhã em que a imprensa paulista notificou a rendição de dois grupos de revolucionários da Nicaragu e o triunfo do ditador Somoza. Triunfo momentâneo mas triunfo, quando me.

À noite, na televisão, informam que alguns jornais cubanos reclamam a atenção mundial, e especialmente da Cruz Vermelha Internacional, para a situação desses homens, lutadores da democracia, agora indefezos e á mercê dos tratos duma policia ditatorial, em toda a parte instrumento de vinganças pessoais e sucedânea da Inquisição.

Esse apelo dos jornais cubanos não levantou no Brasil eco que eu ouvisse. Também não dei fé de que comovesse a opinião pública mundial. Os democratas vencidos na Nicaragu e despojados das armas e das ilusões, entregues aos esbirros de Somoza como cristãos às feras num circo romano, podem estar sendo vítimas neste momento mesmo em que o meu pensamento comunica com o leitor, de torturas que fazer estremecer quem as imagina e desejar a morte a quem as sofre.

Talvez que os seus corpos supliciados desapareçam sob a terra dum cemitério sem que se quebre a indiferença das gentes. Mais tarde, um dia, surgirá um jornalista que atirará sobre o comodismo universal o dramatismo duma revelação: "Somoza torturou e matou os revolucionários que depuzeram as armas no último levante da Nicaragu". Mas os leitores do jornal anularão a notícia com um breve comentário displicente: Será verdade?

Eu vi, no Portugal salazarista, homens com as mãos deformadas, quase inutilizadas, pelos golpes duma palmatoria debruada de ferro; vi um preso político com uma cruz desenhada nas costas, do pescoço á cinta e de ombro a ombro, pelas cicatrizes de quemaduras feitas com cigarros ou charutos; vi um oficial, com alto posto na Marinha de Guerra, imbecilizado pelas drogas com que o preparavam para os interrogatórios no Tribunal; vi um velho, industrial de categoria, zebrado em todo o busto pelas cicatrizes das chicotadas. Dou testemunho do que vi. Mas sei mais do que o pouco que vi, sei de certeza que ha milhares de mulheres e homens torturados, deformados, humilhados, envelhecidos, assassinados, sumidos em ignotos cemitérios pela policia salazarista. Sei-o com igual segurança á de quem nos outros ou sofreu em si. Sei, e toda a cidade do Porto o sabe, que a sede da PIDE, no Porto, comunica diretamente, pelos fundos, com um dos cemitérios municipais, para facilidade dos sepultamentos clandestinos. Quantos presos desapareceram, na PIDE, no Porto, como se tivessem ido para o campo de concentração do Tarrafal? Nunca mais há notícias deles. Desaparecem... Que a terra lhes seja leve e o seu nome perdue em nossa memoria!

E, contudo, há quem diga, urbi et orbi, sobre as torturas e assassinatos infligidos aos presos políticos portugueses: Será verdade? O comodismo coletivo verga os povos do mundo ocidental a aceitarem, como artigos de fé, os planfletos publicitários dos serviços de propaganda adstritos aos ditadores. No segredo de cada consciência os ditadores são reus, reus perante a consciência universal, mas paradoxalmente beneficiários do principio jurídico herdado do direito romano: IN DUBIA, PRO REU.

Mas nenhuma instituição humana é eterna e mais que todas as ditaduras que se mantenha ou mantivesse prolongada no tempo e na confiança dos homens. Somoza e Salazar, tal como os mais ditadores, estão vivendo os seus últimos dias.

É de esperar que, quando sobre as ruínas das ditaduras malditas as democracias restaurarem o direito bíblico do Talião e exigírem dente por dente, olho por olho, quando os tribunais revolucionários e os pelotões de fusilamento punirem nos maiores criminosos 1 por 1.000 das infâmias cometidas, então não faltarão vozes misericordiosas clamando por eles em nome dos direitos humanos. Clamando pelos carcerosos! A piedade das gentes, que não fez eco aos gemidos de 20 mil

cubanos assassinados pela ditadura de Batista, dara e deu retumbancia mundial aos 500 fusilamentos da justiça revolucionária de Fidel Castro; a bondade humana, que não reagiu em prol dos democratas vencidos na Nicaragu, dar á breve retumbancia mundial ao fusilamento de Somoza e seus capangas; a misericórdia dos bons corações, que se não comoveu com o sangue e a dor das 50 mil vítimas da ditadura salazarista, fará um dia córo de carpideiras sobre os 2 mil fusilamentos que exigirá a justiça revolucionária em Portugal.

Um jurista francês, partidário da pena de morte, teve por contraditor um sacerdote que lhe argumentou: A pena de morte é também morte violenta e, portanto, um crime contra o direito das gentes. Só Deus, que nos deu a vida, tem o direito natural de no-la tirar...

D'accord — replicou o jurista — Mrs. les assassins que commentent...

Insisto em que a consciência universal acorda tarde quando reage perante os fusilamentos da justiça revolucionária. Os comodistas, que pactuaram com os torturadores e assassinos encobertos nas sombras dos carcereiros, perderam a capacidade legal de se manifestarem como mensageiros da misericórdia, se soam as descargas dos pelotões justicieiros. "Mrs. les assassins que commentent"... é, de certo modo, uma frase que tem sabor á apelo em favor das vítimas. Eu voto á favor das vítimas.

Nada tenho de inflexível e sou sensível á piedade, embora, como Platão, entenda que a justiça vale mais do que a bondade. Mas o que ha em mim de piedade apela á Deus e aos homens em prol das vítimas sem querer saber do que acontece aos carrascos. Destes, talvez se lembre o Diabo.

## "Última Hora" Responde a Salazar

Na sua edição de 17 de junho, o jornal "Última Hora", através do seu diretor, dr. Paulo Silveira, responde a um ataque da PIDE contra a Imprensa Brasileira. Sugere a "gestapo" salazarista, em boletim que passou a distribuir anonimamente (será também redator principal o Dutra Faria?), que os jornais do Brasil são dominados por comunistas...

Não vale a pena fazer comentários. Limitamo-nos a reproduzir a parte final do artigo do Paulo Silveira:

"Nem nos daremos ao trabalho de responder as provocações salazaristas. Certamente, os "literatos" da PIDE, após uma "sessão" de torturas, nem se dão ao trabalho de lavar as mãos para o exercício literário. E o resultado é que a obra produzida como que exala o mau cheiro característico dos subterrâneos lisboetas, onde patriotas são assassinados ou submetidos ás mais bárbaras sevícias. Mãos calosas, não do trabalho honesto e útil á coletividade, mas de manusear instrumentos de tortura, de manipular tenazes, de erguer corpos estraçalhados, de empunhar chicotes — essas mãos, obviamente, não estão habituadas ao mister de escrever. Natural, pois, que o estilo seja um vômito. Quanto ao convite que me fazem, para ir pessoalmente, a Portugal, "para avaliar a simpatia de que goza cá por estas bandas", muito obrigado: não o aceito. A menos que Schulz e Salazar, por escrito, assumam o compromisso de impedir o meu massacre".

Longe das grandes notícias nos jornais, Antonio Sergio comemorou recentemente cinquenta anos de atividade como escritor, reunindo á sua volta alguns dos seus companheiros cooperativistas. Data quase despercebida, conforme interessava áqueles que, não raras vezes, têm quebrado o ritmo de intensa ação desenvolvida ininterruptamente por Antonio Sergio, desde 1926, a favor da liberdade de expressão de pensamento dos portugueses.

Não estiveram, pois, na homenagem simples os seus admiradores, que são, na realidade, numerosos; e, sobretudo, encontrou-se ausente a grande maioria da juventude portuguesa que tanto admira o notabilíssimo pedagogo, ainda que alguns desses jovens possam divergir, ideologicamente, do Mestre. E esta é, na verdade, a condição reconhecida por todos os jovens portugueses, já que aplaudem incondicionalmente Antonio Sergio pela sua obra eminentemente pedagógica e pelo seu exemplo de lutador que nunca se deixou abater pelo exílio, nem pelo prisão ou pelas pressões de toda a ordem, incluindo as económicas, que tem sofrido nos últimos trinta e três anos.

Dizer que Antonio Sergio tem sido o idolo da juventude seria ofendê-lo, pois é próprio se tem batido inintermitentemente pela destruição de toda a idolatria que de alguns homens se tem feito em nosso tempo; mas não será exagero afirmar que ele é, sem dúvida, um dos homens mais respeitados pelos jovens portugueses, se não o mais considerado.

À sua casinha modesta mas acolhedora da Travessa do Moinho do Vento tem acorrido, com efeito, inúmeros dos milhares que têm dúvidas a desfazer ou uma singela pergunta a formular. E, para todos, este homem que já dobrou o longo cabo dos setenta e cinco anos, temperados no mais duro aço da luta diária, dispensa uma palavra de compreensão, de esclarecimento e de estímulo. Na verdade, se alguns mais velhos não

antes fundara, com Jaime Cortesão e outros, A Aguiá, onde se manteve enquanto esta publicação defendeu uma política de indiscutível "renascença portuguesa".

Os mesmos princípios o nortearam na orientação da revista Lusitania e na fundação da "União Intelectual Portuguesa", órgão que reuniria todos os escritores e artistas e que teve, infelizmente, vida efêmera, para ressurgir, há poucos anos, com o nome de Sociedade de Escritores Portugueses, agremiação combatida mas tolerada, embora severamente vigiada pelos mentores da "democracia orgânica". Todos estes programas, cuidadosamente estudados e demoradamente explanados, Antonio Sergio os tentou aplicar na sua passagem efêmera, em 1923, pelo Ministério da Instrução Pública.

E, por mais paradoxal que pareça, foi já nos anos ditatoriais, quando o pedagogo se via forçado a dividir o seu tempo entre o estudo e a luta contra o fascismo que começava a estender os tentáculos, até os espalhar pelo país inteiro, do Minho a Timor — foi desde então que os jovens portugueses se reuniram em seu redor. Apareceram, entretantos, os seus Ensaíos, onde inaugurou, propriamente, a doutrinação política e filosófica, além de trabalhos de interpretação histórica de várias das épocas mais importantes da vida nacional.

Forçado a escrever para viver, desenvolveu uma tarefa cultural que dificilmente pode encontrar paralelo entre os seus contemporâneos. Considerando-se intelectualmente livre, embora vivendo num gigantesco campo de concentração, esbarrou, por isso, freqüentemente, com os decretos regimentais, pelo que muitas das suas obras foram retiradas do mercado, por imposição da censura, ou não chegaram a ver a luz da publicidade, aguardando hora mais propícia. Nomeadamente, a edição da sua História de Portugal foi proibida

# Antonio Sergio e a Juventude

João Alves das Neves

querem entendê-lo, os mais novos dêle se socorrem, ao mesmo tempo que incondicionalmente o apoiam, por reconhecerem que a sua luta é desinteressada e sem mácula.

Por isso, Antonio Sergio sente-se bem no meio dos jovens e estes se reconfortam e animam com sua presença. E por isso também, apesar do peso dos anos, o espírito de Sergio se mantém jovem e a todo o instante vigoroso, sempre disposto a batalhar, como se a fadiga nunca o atingisse ou perturbasse.

Este entusiasmo autenticamente juvenil perturba os que não o conhecem senão através da legenda que em seu redor se criou. Há pouco mais de um ano, acompanhamos á sua casa um redator do jornal parisiense Le Monde, o qual se deslocara a Lisboa para assistir á mais uma farsa eleitoral (posteriormente, um dos números do Le Monde que inserira a crônica dos acontecimentos foi proibido, evidentemente, pela censura). Á saída, o jornalista francês não se mostrava surprehendido apenas pelo vigor com que Antonio Sergio defendia as suas idéias nem pela lucidez e inteligência com que as expunha. Mas dizia-se confundi-do com a sua juventude e o seu dinamismo.

Efetivamente, os três últimos decenniös deviam tê-lo desgastado, ao menos fisicamente, embora todos os anos vividos tenham sido dedicados inteiramente á sua campanha longuíssima de mais de meio século em benefício da educação dos jovens. Com efeito, se a época de sorrir há muito não estivesse fora de moda em Portugal, teríamos fatalmente de sorrir também, ao lermos nos jornais e livros censurados que certos ídolos erguidos a golpes de milhões de es-cudões ofereceram contributo decisivo á cultura portuguesa...

Na realidade, desde os primeiros tempos da República, Antonio Sergio pregava a sua Educação Cívica ou O ensino como fator do ressurgimento nacional, considerando que a aprendizagem da Democracia começa nos bancos da escola. E, em seguida, todos os seus principais estudos o encaminharam no mesmo sentido. Daí, o pormenor significativo de ter ligado o seu nome a todas as revistas de cultura que em Portugal se publicaram nos anos agitados mas esperançosos da República, desde Pela Grê, de certo modo a precursora da outra grande revista que, hoje ainda, apesar dos ataques da censura, resiste e acaba de iniciar uma nova fase de ação, amplamente rejuvenescida — a Seara Nova. Porém, já

da depois de iniciada, pois o entendimento de Antonio Sergio distanciou-se, naturalmente, das normas oficiais. No entanto, uma editora espanhola, a "Labor", lançou a obra, em língua espanhola, mas esqueceu lamentavelmente os princípios tácitamente aceitos por escritores e editores, visto que na segunda edição truncou criminosamente o texto do escritor português, acrescentando-lhe ainda palavras de louvor aos regimes de Franco e de Salazar — palavras que, evidentemente, Antonio Sergio nunca poderia ter escrito!

Não permitiram as circunstâncias que os intelectuais portugueses, e muito particularmente os mais novos, se associassem á homenagem que todos os homens lúcidos de seu país lhe devem, não apenas pelo labor que com tanta integridade tem desenvolvido, mas, sobretudo, pelos serviços inestimáveis que, no decurso de meio século, vem prestando á cultura portuguesa. É uma dívida que fica em aberto, mas que será oportunamente saldada pela juventude de Portugal. A maravilhosa lição de civismo e de dignidade intelectual de Antonio Sergio não será esquecida. E os jovens portugueses, para lá dos setores em que se colocuem, hão-de agradecer-lha publicamente, do mesmo modo que lhe oferecem já as mais inequívocas demonstrações de consideração e de estima.

(“O Estado de S. Paulo”, 21-6-59)

## Salazar insulta o Brasil

Com a devida vénia, transcrevemos a nota recentemente publicada pelo escritor Leonardo Arroyo na secção "Vida Literária" que dirige nas três edições do jornal paulista "Folhas":

O governo brasileiro deixou entrar no país um pequeno folheto, de desconhecido autor português, ligado ao salazarismo, que está sendo considerado um verdadeiro insulto ao Brasil. O título do folheto é "Asilo Diplomático", e versa sobre a atitude de nosso país em relação ao principio de direito de asilo, que deve ser cultivado como um dos institutos mais nobres do direito humano. O autor, Manuel Batista, escreveu o trabalho para arrelhar. O governo português editou-o com o objetivo, expresso no volume, de distribuir três quartos da edição (10 mil exemplares) no Brasil.

## Presos Políticos Espanhóis e Portugueses

Com este título acaba de ser fundado na Capital Bandeirante um organismo que vai desenvolver intensa campanha em favor dos presos políticos sobre os quais Salazar e Franco mais diretamente cevaram os seus sanguinários instintos.

A iniciativa partiu da Federação das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo e ao movimento deram já a sua adesão entidades populares, sindicais, estudantes, femininas, religiosas, político-partidárias e de outra natureza, além de intelectuais, parlamentares e personalidades especialmente convocadas.

Já foi redigida e aprovada pelos organizadores uma mensagem que será entregue ao Presidente Juscelino Kubitschek e á Organização das Nações Unidas, documento em que se reclama ampla anistia para os presos políticos espanhóis e portugueses. Além de conferências e reuniões públicas diversas, a Comissão Paulista Pró-Anistia dos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses promove, no próximo dia 19 de julho, ás 20 horas, no Cine Piratininga, uma grande concentração, para a qual se convidam os leitores de "Portugal Democrático" e bem assim todos aqueles que desejem colaborar na luta contra as odiosas ditaduras de Franco e de Salazar.

Entretanto, realizaram-se já diversos comícios-relâmpagos nas Praças da Sé, do Patriarca e de João Mendes, no decurso dos quais falaram, entre outros, os Srs. Sebastião Costa (que preside á Comissão Pró-Anistia); deputado federal Salvador Romano Losaco, deputados estaduais Rocha Mendes Filho e Luciano Lepera; vereadores D. Matilde de Carvalho, João Louzada e outros; dirigentes estudantis, nomeadamente o acadêmico José Pelúcio Pereira e Luís Carlos Bettiol, presidente do "XI de Agosto"; a escritora Aidenovra Sá Porto e outras personalidades.

Representantes da Comissão Pró-Anistia dos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses visitaram a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa, tendo na primeira o vereador Milton Marcondes (líder bancário) apresentado uma moção, assinada por dezenas de edis, condenando as perseguições políticas de Salazar e de Franco. Moção idêntica foi subscrita por sessenta deputados, isto é pela maioria esmagadora dos deputados de São Paulo.

## A O.T.A.N. critica Salazar

O jornal inglês "The Observer" publicou em 7 de Junho um artigo sobre o 10.º aniversário da O.T.A.N., salientando que á cerimónia assistiram 172 parlamentares, representantes de 13 dos países atlânticos, entre os quais Mollet e Reynaud (França), Lunds (Holanda), Van Zealand (Bélgica), George Brown (Inglaterra), Kefauver e Humphrey (Estados Unidos), etc.

No decorrer da sessão, o sr. Oidenbroek, secretário-geral da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, censurou áspereamente o governo de Salazar, lamentando a total falta de liberdade das associações sindicais portuguesas e sublinhando: "Portugal não está conosco, por que não há liberdade de associação neste país".

## Telefones Censurados

Na sua coluna do jornal "Folha da Tarde", de São Paulo, o escritor Jamil Almansur Haddad, que em oportunidades diversas tem declarado o que pensa de Salazar e do "seu" regime, consagrou uma parte da sua crônica de 10 junho á situação em Portugal. Eis o que afirmou o conhecido escritor paulista:

"Amigo meu volta de Portugal e fala da implacável e cruel censura. Quando do hotel quis falar ao telefone com Paris foi-lhe avisado na portaria: "Vai ser censurado e evite falar em código". O amigo explica-me que não é só espião que fala em código. Os negociantes que lidam com cambio utilizam-se de códigos e a censura portuguesa está criando, pelo visto, graves complicações para esses negócios de dinheiro.

As revistas aos recémchegados costumam ser totais e quase vexatorias. O amigo entende que o salazarismo está apodrecendo".

## → 7 AS RELAÇÕES ENTRE...

opções políticas, julgam do seu dever declarar:

1 — Submetem à superior autoridade da Igreja, a posição que expõem e desde já acatam qualquer correção ou aditamento das autoridades eclesásticas competentes, caso tenham involuntariamente dado uma interpretação da doutrina católica que não seja fiel.

2 — Rejeitam qualquer afirmação que ponha em dúvida a autenticidade do seu Catolicismo por autoridades sem mandato eclesiástico.

3 — Sabem que, como católicos e como homens conscientes e livres — consciência e liberdade que baseiam no Cristianismo —, têm o dever de intervir na vida política pelos meios honestos de que dispõem e para defesa da solução que lhes pareça mais conveniente para a paz e prosperidade da nossa pátria mais de acordo com o espírito cristão.

4 — Têm sérias razões para julgar que o atual regime descura aquele mínimo de respeito pela justiça e pelas liberdades fundamentais dos cidadãos, sem o qual se deve pôr em dúvida o seu acordo com a doutrina cristã.

5 — Têm ainda sérias razões para julgar que, embora o atual regime proteja exteriormente a Igreja Católica, é de recear que essa proteção envolva uma limitação da liberdade da atividade docente e do apostolado que não é compatível com os interesses sobrenaturais da mesma Igreja.

6 — Não pretendem solidarizar a Igreja nem os seus organismos oficiais com as posições políticas que tomarem, mesmo que estas lhe sejam sugeridas pela sua interpretação do Cristianismo, mas não admitem que, em nome do Catolicismo ou de quaisquer doutrinas políticas, os considerem menos católicos, menos portugueses ou menos honestos, pelo fato de discordarem de algumas ou muitas orientações do Governo.

7 — Rejeitam antecipadamente quaisquer insinuações de que se inspiram em doutrinas progressistas, no sentido em que estas foram condenadas pela Igreja.

8 — Lamentam que a eles e muitos outros portugueses honestos sejam negados os meios legítimos, aliás reconhecidos na Constituição, para um debate ideológico e construtivo; e consideram este fato atentatório da personalidade humana e portanto contrário à doutrina cristã.

9 — Se defendem a paz e a concórdia entre todos os portugueses, e se alguns pretendem lutar por uma solução política que evite, por um lado o caos e a desordem, mas também a injustiça e a repressão, auferem no Cristianismo a força que outros baseiam em outros ideais, mas não invocam para si, como católicos, uma posição de privilégio e submetem-se a correr os riscos inerentes, em igualdade de condições com outras correntes de católicos que tomaram ou tomarem posições de discordância em relação às teses oficiais.

10 — Ao fazerem esta declaração, não pretendem defender uma unidade total de posições políticas de todos os católicos, como tais, e, muito menos, constituir e embrião dum partido confessional.

Pe. Abel Varzim, Pe. Adriano Botelho, Alberto de Carvalho Martinho Abranches, Alberto Vaz e Silva, Amândio de Oliveira Filipe Duarte, António Alcada Baptista, António Duarte Arnaut, António Esteves Ladeira, Pe. António Jorge Martins, António Marino e Silva, António Pedro Coelho d'Áça Castel-Branco, Asdrúbal Teles Pereira, Carlos Manzanares Abecasis, Pe. César Teixeira da Fonte, Domingos Manuel Mégre, Eduardo Achilés d'Orey, Edmundo de Jesus Costa, Fernando Forjaz Pacheco de Castro Francisco Lino Neto, Francisco de Sousa Tavares, Gonçalo Ribeiro Teles, João Benard da Costa, João Camossa, João Gomes, Pe. João Pestrelo de Vasconcelos, Jorge de Portugal da Silveira, Pe. José da Costa Plo, José Escada, José Paulo de Almeida Monteiro, José de Sousa Esteves, José Vieira da Luz Júnior, Manuel Fernandes de Mansilha, Manuel de Lucena, Manuel dos Santos Lourenço, Manuel Serra, Mariano Fernando Rastello Calado Mateus, Mário Brás António Santana de Menezes, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Vaz Pinto, Orlando de Carvalho, Sophia de Mello Breyner Andresen, Victor Coimbra Torres.

## "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

— um jornal português que não é submetido à censura do sr. Salazar.

## → 5 NÃO É O GENERAL...

Humberto Delgado, o homem que a maioria dos portugueses considera seu incontestado Chefe, pôde partir, livre, a fim de se instalar neste país onde a Democracia não atingiu a perfeição, mas onde a coletividade impõe ainda o respeito ao direito de abertamente cada um se exprimir como pensa.

Julgamos que é ainda oportuno tecer algumas considerações, ainda que breves, à atitude de uns quantos cidadãos que enriqueceram no Brasil, vindos do país onde se localiza hoje o "paraíso de Salazar". Procuraram esses cidadãos a quem não reconhecemos o título de portugueses, já que de Portugal só conhecem a "fachada", envenenar, graças às fabulosas fortunas que entre nós acumularam, as excelentes relações que sempre se observaram entre os povos do Brasil e de Portugal. Homens desnaturalizados, que só nos procuraram — parece — com o fito de enriquecer à nossa custa, homens que nada aprenderam da nossa vida democrática — a muito "sui generis" casta dos endinheirados lusos tentou, por meio de mensagens e outras manifestações de sabujice, dar a entender ao Povo Português que a opinião pública do Brasil desautorizara a proteção que o governo brasileiro em tão boa hora concedera ao General Delgado.

Com efeito, esses "portugueses", com o beneplácito da censura salazarista, serviram-se de todos os processos para desprestigiar, na sua própria terra, um homem digno que conta como a opinião de milhões de portugueses, fazendo publicar nos jornais de Lisboa os mais repugnantes telegramas de adesão ao governo ditatorial do perigoso fanático que há mais de trinta anos manda prender, torturar e matar aqueles que ousam dizer-lhe "não". Não perceberam ainda tais "portugueses" que, ao defenderem um governo totalitário, insultam o governo democrático do país que os acolheu de braços abertos? Não atentaram que na exaltação do seu ídolo está a própria destruição da independência que os portugueses forjaram há mais de oito séculos e que perderam, afinal, nos últimos dezênios? Não repararam que estão certificando a própria indignidade ao defender um governo que representa apenas a oligarquia dos corruptos e dos torcionários comandados do palácio de São Bento? Não perceberam ainda que o povo do Brasil repudia claramente a ditadura? E como ousam confundir uma com a outra, como se atrevem a proclamar em terra democrática a "honestidade" de um ditador? Por experiência própria, bem sabemos a cor que tem a alma dos ditadores...

Não é ao General Humberto Delgado, líder de um Povo que anseia pela Democracia, que cabe calar-se num país democrático. É aos portugueses degenerados que compete silenciarem. Se não conseguirem compreender isso por eles próprios a opinião pública brasileira saberá ensiná-los.

## Associação "Humberto Delgado"

Com o propósito de alargar as suas manifestações à Capital Bandeirante, a Associação de Beneficência e Cultura "General Humberto Delgado", que iniciou há meses, no Rio de Janeiro, a sua atividade, acaba de criar a "Divisão de São Paulo".

A diretoria do grupo paulista da Associação "Humberto Delgado" foi já eleita e empossada, sendo constituída pelos Srs. Joaquim Abreu de Almeida Carvahal (presidente), José Porfírio Guedes (vice-presidente), Carlos Cardoso e Silva (tesoureiro) e Abel Ferreira Rodrigues da Fonseca (secretário). Provisoriamente, a sede instalou-se na avenida da Liberdade, 21 — 6.º andar, sala 603, telefone 32-9118, em São Paulo.

"Portugal Democrático" saudou todos os componentes da nova agremiação, oferecendo-lhe as suas colunas e desejando da Associação "Humberto Delgado" paulista uma colaboração ativa e permanente com todos os órgãos anti-salazaristas em São Paulo, no Brasil e no Mundo.

## Livros contra o salazarismo

"Assim Cantava um Cidadão-do-Mundo" (71 poemas que levaram o autor treze vezes às masmorras das Inquisições do Salazar e do Cerejeira, quando editados, separada e clandestinamente, em Portugal), por Roberto das Neves — Cr\$ 100,00.

"O Diário do Dr. Satã" (diário de dez anos de um refugiado anti-salazarista no Brasil), por Roberto das Neves — Cr\$ 150,00.

"Na Inquisição do Salazar (Subsídios para a história do fascismo em Portugal)", por Luís Portela e Edgard Rodrigues — Cr\$ 200,00.

"Portugal Oprimido (Subsídios para a história do fascismo em Portugal)", pelo Cap. Fernando Queiroga — Cr\$ 250,00.

"Cooperativa sem Lucros (Uma solução para a fome em Portugal)", por Pedro Ferreira da Silva — Cr\$ 100,00.

A aparecer, dentro de poucos dias:

"A Fome em Portugal (Análise da obra político-económico-financeira de trinta e três anos de regime corporativo)", por Edgard Rodrigues e Roberto das Neves — Cr\$ 250,00

Estes livros podem ser encomendados, pelo reembolso postal, à

Editora GERMINAL  
C.P. 142 (Agência Postal da Lapa)  
Rio de Janeiro

## Aos assinantes do Rio de Janeiro

Comunicamos aos assinantes do Rio de Janeiro que todos os assuntos referentes ao nosso jornal, incluindo a renovação de assinaturas, reclamações, entrega de original, donativos, sugestões, etc., devem ser tratadas por intermédio do nosso representante na capital federal, Sr. Eugénio da Conceição Mercês, Praça 11 de junho, 356, tel. 43-5110.

## TOMAZ DA FONSECA PERSEGUIDO

Um dos escritores que mais pertinazmente tem sido perseguido por Salazar, Tomaz da Fonseca, acaba de enviar uma emocionante "carta aberta" à Sociedade Portuguesa de Escritores participando que a censura e a polícia lhe proibiram, recentemente, mais dois livros, "Agiológico Rústico" e "Na Cova dos Leões" (este ainda não fôra sequer posto à venda). Deste modo, o número de livros apreendidos a Tomaz da Fonseca subiu para 14 (sem contar com os 3 que teve de editar no Brasil).

Depois de "trinta anos de cultura"...

## Aos assinantes da Venezuela

Comunicamos aos assinantes da Venezuela que todos os assuntos referentes ao nosso jornal, incluindo a renovação de assinaturas, reclamações, donativos, sugestões, etc., devem ser tratadas por intermédio do nosso representante em Caracas, Sr. Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos, 3826.

## Memórias de um espião em S. Bento o Refugiadozinho

SANTOS CARABINA

As crianças falaram. Todos barbados, mas crianças. Pelo menos assim os considerava o Mestre que tão abnegadamente lhes cuidava da saúde mental.

— Senhor Presidente, não vá V. Excia. interpretar-nos mal. Somos todos filiados da União Nacional. Mas V. Excia., senhor Presidente, compreenderá que nós, funcionários do Estado, temos que manter um nível de vida acima do mísero trabalhador braçal.

O Mestre esfregou as mãos, baixou os olhos, e sorriu.

— E... quanto ganhais por mês?

— Mil e quinhentos escudos, senhor Presidente.

— Ah! Mil e quinhentos escudos! Acaso sabeis vós que o meu jardineiro, pai de sete filhos, todos eles bem alimentados, todos eles bem vestidos, ganha apenas quinhentos escudos por mês? Acaso sabeis vós que ele é dono de uma casa (bem sei que pequenina, mas arranjadinha, caladinha, com manjericos e portas coloridas)? Acaso sabeis ainda que, na semana passada, adotou um refugiadozinho? Daqueles que procuraram em meu país a paz que, por graça de Deus, nos pertence há 33 anos? E tudo isso, com apenas quinhentos escudos por mês. Vá, sede económicos, sacrifica-vos um pouco pelo bem estar na nossa pátria.

As crianças retiraram-se cabisbaixas e o Mestre recolheu-se a um dos seus prolongados silêncios meditativos. Era difícil tratar com crianças. Sempre protestando, sempre gritando. As vezes precisavam de uns coites no tutu. Só temia que o Supremo o chamasse deste Vale de Lágrimas antes que atingisse uma idade adulta.

O Mestre desceu ao jardim. Era um jardim muito patriótico. Todo ele couves e hortaliças. Lá estava o Manuel, criança dócil, cuidando das verduras.

— Como vão as couves, Manuel?

— Vão bem, senhor Presidente.

— E aquelas manchas vermelhas, ali? São rabanetes?

— Ora não. São papoilas, senhor Presidente.

— Papoilas, Manuel!?

O Manuel coçou a calva, atrapalhado.

— Era só para alegrar a vista, senhor Presidente...

— Arranca-as!

— Não vale a pena, senhor presidente. Elas voltam a brotar.

— Arrancam-se outra vez. Não seas teimoso, Manuel. Precisa-mos produzir e poupar. Além do mais... são papoilas. Arranca-as, arranca-as!

— V. Excia. manda...

— Gosto da tua docilidade, Manuel. És uma boa alma.

— Muito obrigado a V. Excia.

Voltou a coçar a calva.

— Senhor Presidente...

— Diz, diz, Manuel.

Manuel inspirou fundo, e disse, num desabafo:

— Senhor Presidente eu queria adotar um outro refugiadozinho.

O Mestre sorriu. Até pedindo um brinquedo o Manuel era humilde. Mas, atenção! Dois brinquedos, era talvez uma ambição exagerada. Não devia esquecer-se que era um menino pobre. Fazia-se necessário um corretivo, embora que suave.

— Manuel, não quero meter-me na tua vida. Mas tu tens sete filhos, todos eles mal alimentados, todos eles mal vestidos; a tua casa está a cair aos bocados; e na semana passada tiveste que te empenhar para adotar um refugiadozinho, Manuel, para que queres tu um outro refugiadozinho?

Manuel baixou a cabeça e confessou a verdade, docilmente:

— É que o outro refugiadozinho, senhor Presidente, nós já o comemos...

## → 8 A LUTA ANTI-SALAZARISTA...

dos nosso compatriotas residentes nesta cidade, tendo-se já espalhado por outras cidades, onde começou a tarefa de congregar elementos dispersos mas convictamente antiditatoriais. Naturalmente, a adesão não foi total — mas podemos acrescentar que muitos não inscreveram os seus nomes no "Comité"... por recearem as represálias de Salazar!

Incrível, mas verdadeiro. E, na realidade, sabe-se que entre nós vivem alguns agentes da "gestapo" salazarista. Um dos primeiros pontos que serão desenvolvidos consistirá, portanto, no desmascaramento dos policiais, a fim de que ninguém mais os recele, depois de identificados.

Podemos informar também que o "Portugal Democrático" é conhecido nesta terra livre e passa de mão em mão, lendo-o todos os portugueses com o maior interesse. Pensamos formar grupos de amigos do "nosso" jornal, que tão eficazmente serve a batalha contra o ditador.

Na próxima crónica, prometemos anunciar os nomes dos democratas que devem encabeçar o "Comité Democrático Português do Canadá". Entretanto, todos os que pretendem colaborar na luta anti-salazarista podem endereçar as suas adesões ao referido "Comité", provisoriamente instalado em: 206 St. George St., Apt. 1006 — Toronto 5, Ontario — Canadá. Aos portugueses, pois, o apelo de alinharem, unidos, na grande campanha mundial contra o criminoso governo do fascista Salazar! Combatere-mos até à vitória — até à Liberdade!

## FRANÇA

Em marcha o "Movimento Para a Defesa das Liberdades em Portugal"

Paris — Ao iniciarmos as nossas correspondências para o grande órgão da resistência anti-salazarista, "Portugal Democrático", anunciamos a todos os seus leitores, e muito especialmente aos dirigentes das organizações democráticas por-

tuguesas, que está em organização, nesta Capital, o "Movimento Para a Defesa das Liberdades em Portugal".

Ao mesmo tempo, apresentamos a associações democráticas internacionais, em oportunidades diversas, documentos sobre as prisões políticas e as torturas que sofrem aqueles que são apanhados pela sinistra polícia de Salazar.

Todavia, e por ora, apenas começamos a organizar-nos. Muito em breve, esperamos, porém, informar os Portugueses Livres acerca das nossas atividades, que incidirão, naturalmente, sobre a luta a conduzir, visando a queda do fascista salazar.

## Salazar proíbe o "Congresso Nacional dos democratas portugueses"

Um grupo de democratas, à frente dos quais se encontravam Jaime Cortesão, Vieira de Almeida, Arlindo Vicente e outros, requereu ao ministro da Presidência autorização para promover a realização de um "Congresso Nacional dos Democratas Portugueses", no decurso do qual seriam debatidos os problemas mais instantes da vida nacional. É claro que Salazar vetou...

Os artigos assinados que publicamos em nossas colunas refletem apenas a opinião pessoal dos seus autores. Apenas os comentários e notas não assinadas traduzem a opinião da "Comissão de Redação" de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO".

# A luta anti-salazarista alarga-se ao mundo inteiro

(Dos correspondentes especiais de "Portugal Democrático")

## PORTUGAL

### O fascismo agoniza

Lisboa — Enquanto os jornais oficiais do regime, desde "A Voz" a "O Século", se mostram muito interessados na discussão "a uma voz" das actividades dos Portugueses Livres do Brasil, num silêncio por vezes sobressaltado a repressão policial continua a fazer-se, cada dia mais viva, quer na perseguição impossível aos milhares e milhares de manifestos anti-salazaristas que invadiram o país, quer em novas prisões de pessoas. Julga a PIDE que poderá, assim, amedrontar o Povo — como se fosse possível conter a onda de revolta que está bem funda na maior parte dos portugueses que, de inconformados, passaram a ridicularizar, quando não a combater, o governo fascista.

Na verdade, o jornal do Sr. Pereira da Rosa incomodava-se muito, recentemente, por que um comunicado dos intelectuais portugueses residentes no Brasil desvendara à opinião pública britânica alguns dos aspectos da máscara de Salazar, apontando ainda a essa mesma opinião a exploração política que se fazia — e fez, é claro — na oportunidade da visita a Lisboa da princesa Margarida da Inglaterra. Aos que assinaram o comunicado, chamou "O Século" de traidores à Pátria... Mas os portugueses já não se iludem, pois sabem perfeitamente onde é que estão os traidores.

Quando ao jornal "A Voz", regressava também há semanas, com a "dissensão" registrada nas hostes democráticas dos portugueses do Brasil. Vale que praticamente ninguém lê "A Voz" e ainda por que a grande arma do "boato" logo desfez a notícia, de café em café... Porém, à margem deste desespero notório em que se debate a instável "situação", há que tomar boa nota de que a censura passou a atuar também no domínio dos correios, violando a maioria da correspondência vinda do estrangeiro, e muito em especial do Brasil. Severas buscas se fizeram, nomeadamente, a bordo do "Vera Cruz", mas infrutíferas.

Entretanto, e apesar de tardio, não queremos deixar de referir a cópia que circula em Lisboa de um "ofício confidencial" dirigido às câmaras municipais de Aveiro pelo governo civil desta cidade, a propósito de uma "expontânea" homenagem prestada em tempos ao fantoche que preside à "Assembleia Nacional". "Em seguimento ao meu ofício de ... (escreveu o secretário do mencionado governo civil), venho comunicar a V. Excia. que está calculada a despesa com a homenagem a Sua Excia. o Conselheiro Albino dos Reis em 140 contos, e que de acordo com a Comissão Distrital da U.N. se fez uma divisão daquela importância pelos 19 concelhos do distrito, divisão que teve em atenção o maior ou menor grau de ligações pessoais de Sua Excia. em cada concelho, as possibilidades no domínio industrial de cada um deles e ainda a maior ou menor soma de serviços prestados a cada região por Sua Excia. Deste critério, atribuiu-se a esse conselho a importância de ...".

Como são "expontâneos" os defensores do regime!

## BRASIL

### Sarmiento Rodrigues com ovos podres

Rio de Janeiro — Teve uma recepção que certamente nunca esperou, ao desembarcar do "Vera Cruz", nesta Capital, o Sr. Sarmiento Rodrigues, prócer do governo fascista de Lisboa e convidado pela Federação das Associações Portuguesas (salazaristas) do Brasil a participar nas comemorações do "Dia da Raça".

O comodoro, que se notabilizara "pelas ideias racistas e pela crueldade que exerceu contra os homens de cor em Angola e Moçambique" conforme destacou, aliás, o "Diário de Notícias" carloca, foi recebido com ovos podres pelos democratas portugueses, que ostentavam ainda faixas alusivas ao governo fascista, numa das quais se lia "Salazar falou em Nuremberg".

Os "agentes" da PIDE instalados no Rio de Janeiro denunciaram à polícia alguns "agitadores" tendo sido presos os Srs. Fernando de Oliveira Salazar (irmão do ditador), o médico brasileiro Paulino da Silva Costa, o comerciante Adolfo Mota, o pintor António da Costa

Baroos, o funcionário do cais do porto João Fontoura das Neves, o construtor Eugénio Mercês, o químico José Miranda, os estudantes Manuel Domingues e António Cardona Teixeira. A Associação Humberto Delgado impetrou "habeas corpus" e os detidos foram imediatamente postos em liberdade, pois não eram, conforme queriam os agentes da PIDE, "perigosíssimos comunistas".

Entretanto, espera-se proporcionar também a melhor das recepções ao caquético Caeiro da Mata, que vai abandonar momentaneamente os conselhos de administração para se deslocar ao Brasil...

### Delgado em Belo Horizonte

Belo Horizonte — Convidado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Minas Gerais, deslocou-se a esta capital, no dia 7 de Junho, o General Humberto Delgado.

Na sede do Diretório Central dos Estudantes da UMG, o líder dos Portugueses Livres proferiu uma conferência sobre a situação em Portugal, na presença de centenas de universitários e de representantes de várias categorias sociais. Relatou, nomeadamente, os acontecimentos em que participou, desde Maio de 1958, acentuando que Salazar se deixou corromper pelo fascínio do poder.

Denunciou o fascismo luso, comparando-o ao nazismo hitleriano, e salientou que a própria Igreja Católica deixou de apoiar o ditador de Santa Comba, conforme se inferiu dos pronunciamentos claros ou velados de altos dignitários do Clero português.

Quando ao asilo que solicitou ao Brasil, o General Delgado declarou: "Não quis vender-me por 41.000 escudos por mês à ditadura, e recusei um cargo de aluno oúvinte que o governo me ofereceu no Canadá". Revelou ainda o líder democrata que Salazar colocou no Brasil mais de 300 agentes da PIDE, a fim de vigiarem não apenas os seus passos mas também com o objetivo de seguirem, tão de perto quanto possível, o movimento dos portugueses livres que neste país lutam pela redemocratização de Portugal.

## ANGOLA

### O terror continua

Luanda — Com a instalação de mais tropas, vindas em navios e em aviões, o governo do Sr. Sá Viana Rebelo espera restabelecer a tranquillidade em toda a vasta província de Angola. A prisão há meses inaugurada nos arredores de Luanda encontra-se literalmente cheia (numa ofensiva recente foram presos, de uma só vez, 70 indivíduos, quase todos negros) e, quase diariamente, se tem notícia de novas prisões.

É evidente que, adotando-se estes processos, não há tropa que chegue para uma autêntica tranquillidade. O "Movimento de Liberdade Nacional" prossegue na difusão de panfletos e muitos outros são divulgados, de origem diversa, mas condenando todos os métodos sangrentos do acólito governador de Salazar.

Exprimindo um ponto de vista meramente pessoal, indicamos, pelas reações observadas, que a desastrosa política conduzida pelo governo fascista em Angola só tem contribuído para cavar ainda mais profundo o fosso que realmente começa separando esta terra portuguesa da Metrópole. A inquietação generalizou-se de tal modo que já ninguém a pode esconder. E não há dúvidas, se quisermos ser imparciais: só o restabelecimento da democracia em Portugal (do Minho a Timor) poderá trazer, de novo, a paz que há muito desapareceu do espírito dos portugueses, brancos ou negros, mas, afinal, irmãos.

Como nota última, registamos que a censura se exerce também, agora, na correspondência, a ponto de ter sido recusada a expedição de um telegrama enviado ao Sr. General Humberto Delgado por um grupo de amigos, de Benguela, a propósito do aniversário do líder da Democracia Portuguesa.

## MOÇAMBIQUE

### Deportações para... a Metrópole

Lourenço Marques — A vitória eleitoral de Humberto Delgado nesta Província, fez, despertar, a PIDE, que a partir de junho passado, desenvolve intensa campanha

contra todos os democratas conhecidos ou suspeitos.

Dois deles, o Dr. Carmo Vaz e o economista Simões Figueiredo, presos e torturados durante largas semanas, por terem cometido o "crime" de assinar um manifesto denunciando certas torpezas do regime fascista, acabaram, finalmente, por ser deportados para... a Metrópole.

Mas não há dúvida de que a situação é gravíssima. Damos a palavra ao correspondente em Joanesburgo do "New Times" que escreveu a seguinte crónica acerca do desassecho crescente em Moçambique — crónica que foi, de resto, profundamente distribuída em Lourenço Marques, na Beira e noutras cidades desta província.

"O descontentamento está grassando na província portuguesa de Moçambique, na costa oeste da África do Sul — escreveu o "New York Times". Contudo, a agitação envolve somente brancos, ignorando praticamente os africanos o que se passa. Contrôlo rígido e censura apertada obstatam que as notícias das dificuldades políticas de Moçambique atinjam o mundo exterior. De fato, o control político é tal que a oposição ao regime português do primeiro ministro António de Oliveira Salazar, raramente borbulha até à superfície.

Agora, contudo, existe descontentamento bastante espalhado advindo do desejo de autogovernação, uma completa ruptura da regra portuguesa e estabelecimento de uma República algo semelhante à do Brasil.



Simões de Figueiredo

Um correspondente que recentemente visitou Moçambique constatou que um forte movimento chadestino existe ali. A sua força principal encontra-se no porto da Beira. Este movimento mostrou o seu poder, pela primeira vez, nas eleições ocorridas em Junho passado com uma votação que, na Beira, foi fortemente contra o Governo.

A extensão da votação anti-governamental em Lourenço Marques, capital de Moçambique, também foi impressionante, provavelmente em resultado do aproveitamento a fundo que a Oposição fez do levantamento de proibição da livre expressão por trinta dias, antes das eleições.

### JUVENTUDE DESCONTENTE

A Oposição, como em Lisboa, parece originar-se entre a geração mais nova — homens e mulheres nascidos em Moçambique. Eles acham o "control" português irritante e despótico. Muitos frequentaram universidades na África do Sul, que, pelo menos para os brancos de Moçambique, é quase um paraíso de democracia política. Encorajados pelo sucesso das eleições, membros da Oposição organizaram um movimento para boicotar as cerimónias de recepção ao novo governador geral, comandante Correia de Barros, que chegou a Lourenço Marques em 20 de Janeiro. Mas a polícia secreta portuguesa atuou rapidamente e pelo menos dezessete cidadãos proeminentes de Lourenço Marques foram presos. Não houve processo vindo a público, mas grandes interrogatórios. Todos os presos ficaram incomunicáveis e muitos dos seus amigos foram detidos para interrogatórios. Com excepção de quatro, os restantes foram postos em liberdade. Dois foram mandados para Portugal (...). Não se encontram jornais ingleses em Lourenço Marques e a comunidade de língua inglesa (cerca de 1500) depende da Rádio sul-africana, e dos jornais sul-africanos para as notícias internacionais.

Recentemente, dois jornais sul-africanos foram banidos de Moçambique, devido a notícias desfavoráveis ao governo português e críticas à administração de Moçambique".

## ARGENTINA

### Com Galvão, os portugueses contra Salazar

Buenos Aires — O asilo concedido pelo governo da Argentina ao capitão Henrique Galvão teve o mérito de congregar os portugueses que, dispersos, não haviam esboçado ainda nenhum movimento organizado contra o governo ditatorial de Salazar.

As peripécias que acompanharam as sucessivas etapas de tal asilo, até a libertação definitiva de Henrique Galvão, hoje, na verdade, um homem livre num país democrático, despertaram os lusos da Argentina. E com a chegada a Buenos Aires do líder anti-salazarista, mais solidamente se firmaram os laços que tão unânimes uniam os nossos compatriotas no seu repúdio à tirania que há mais de trinta anos oprime o Povo Português.

Assim, com surpreendente rapidez, a ideia de se fundar uma organização que desse combate, embora de longe, ao abalado governo fascista de Lisboa, germinou e está prestes a dar os seus primeiros frutos, através da constituição de uma associação democrática que reunirá na Argentina, todos os portugueses que se sentem livres fora das fronteiras da Pátria, mas que ambicionam a mesma liberdade para os seus irmãos chicoteados impiedosamente pelos esbirros do regime salazarista.

Os trabalhos progredem depressa, com vista à concertização do organismo de resistência contra Salazar, pelo que esperamos ter muito em breve a oportunidade de anunciar, através de "Portugal Democrático", as bases em que o mesmo deve funcionar, podendo, todavia, adiantar desde já que a associação procurará atuar em estreita ligação com as suas congêneres do Brasil e da Venezuela.

Entretanto, a série de artigos de Henrique Galvão sobre "O Paraíso de Salazar", publicados no importante jornal latino "Crítica", despertaram grande interesse, tanto



Cap. Henrique Galvão

entre os argentinos, como, sobretudo, junto da colônia lusa de Buenos Aires. Aliás, em todos os restantes núcleos onde há portugueses, a divulgação das crónicas do líder democrata foi completa — e eficaz.

Para coroar este entusiasmo, em que depositamos as melhores esperanças, relativamente à batalha dos portugueses democratas da Argentina contra o desmoralizado governo ditatorial de Lisboa, acrescentamos que a redação de uma mensagem que vai ser muito em breve enviada a Salazar reuniu em poucos dias, só na província de Buenos Aires, mais de 500 assinaturas de cidadãos lusos.

Em resumo, se a libertação de Henrique Galvão fôra já uma vitória da Democracia contra o totalitarismo, é particularmente um triunfo dos democratas portugueses sobre Salazar, a chegada do destacado opositor canallizou todo o descontentamento que se observa, de há muito, entre a colônia lusa da Argentina. Preparados para lutar, conseguiremos, com os nossos irmãos espanhóis pelo Brasil, Venezuela e Estados Unidos, desferir pesados golpes na ditadura azônica que pesa sobre Portugal. A todos, vivamente esperamos na vitória final que não pode fugir-nos, pois se vislum-

## VENEZUELA

### Iniciada a grande campanha anti-salazarista

Caracas — Apesar de estruturada em bases sólidas há poucos meses, o movimento dos portugueses da Venezuela contra a ditadura de Salazar tem-se ampliado de maneira gigantesca, reunindo já nos seus quadros diretivos as personalidades verdadeiramente representativas da colônia lusa neste país.

Com efeito, o exemplo dos democratas portugueses do Brasil foi o rastilho que chegou aqui e a todos contagiou. Primeiro, verificou-se a fundação da "Junta Patriótica Portuguesa", que conta, entretanto, no seu ativo, uma excelente campanha de divulgação acerca da realidade da vida lusitana junto dos venezuelanos em geral e, particularmente, entre os emigrados nossos compatriotas.

De tal modo se executou esta necessária tarefa de esclarecimento que não tardou a campanha a envolver por caminhos mais amplos, visando a redemocratização do Portugal traído por aqueles que se instalaram no poder há trinta longos anos. De fato, inúmeros venezuelanos dos mais ilustres quiseram dar a sua colaboração a esta campanha de liberdade que varre, como vento irreprimível, toda a América Latina.

Nasceu, deste modo, o "Comité Venezuelano Pró-Democracia y Libertad de Portugal", integrado por destacadas figuras da vida venezuelana. Preside a este organismo o senador Alberto Ravell, sendo vice-presidentes a deputada Vidalina de Bártoli e os Srs. Silvestre Ortiz Bucarín, Pedro Pablo Aguilar e Guillermo García Ponce, todos nomes bem conhecidos na política nacional, e bem assim outras personalidades de relevo cuja identificação omitimos, dada a falta de espaço de "Portugal Democrático". Salientamos, porém, que ao "Comité Venezuelano" estão ainda ligados o Comité Sindical Unificado, a Federação de Centros Universitários, a Federação Venezuelana de Professores, a Associação dos Jornalistas Venezuelanos, o Sindicato dos Trabalhadores do Rádio e da TV, o Sindicato dos Jornalistas e a Federação dos Trabalhadores de Petróleo.

Organismo, portanto, de âmbito nacional, o "Comité Venezuelano" apetrecha-se para a grande campanha de redemocratização de Portugal, começando por convidar o Sr. General Humberto Delgado, líder dos Portugueses Livres, a visitar a Venezuela. O convite foi aceito e, no momento, aguarda-se que o illustre oficial general, do Exército Português marque a data da sua viagem, preparando-se-lhe, desde já, uma recepção que será, sem dúvida, grandiosa senão apoteótica.

Em mensagem que dirigiu aos Portugueses da Venezuela, através da "Junta Patriótica Portuguesa" e que foi divulgada nos principais jornais e emissoras, o "Homem Sem Medo" a todos recomenda a resistência contra a tirania de Salazar. É a campanha que presentemente se desenvolve, por todos os meios, sob os aplausos calorosos da imprensa e da opinião pública venezuelanas.

## CANADA

### Fundado o "Comité Democrático Português"

Toronto — Com sede provisória nesta cidade acaba de ser criado o "Comité Democrático Português do Canadá" que se propõe, essencialmente, esclarecer a opinião pública deste país acerca da verdadeira situação em Portugal.

Em Toronto, vivem, com efeito, cerca de 6.000 portugueses, sendo que este número se eleva para dezenas de milhares em todo o Canadá. Ora, a prática da liberdade de que gozam, ainda que em terra estrangeira, levou muitos dos nossos compatriotas a unirem-se na luta comum contra o inimigo único — Salazar.

Pretendem ainda os organizadores do "Comité" atuar em íntima ligação com as associações anti-salazaristas já em atividade noutros países. A ideia de se combater o fascismo luso através de um grupo assente em bases sólidas foi magnificamente acolhida por inúmeros